

FAESP – FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO

AGUINALDO ALVES DA SILVA

LITERAL VERSUS ALEGÓRICO

**São Paulo
2020**

FAESP – FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO
AGNALDO ALVES DA SILVA

LITERAL VERSUS ALEGÓRICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Teologia da Faculdade Evangélica de São Paulo, sob a orientação da Prof. Esp. Amélia Lemos Oliveira.

São Paulo
2020

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.**

AGUINALDO ALVES DA SILVA

Avaliação: _____

LITERAL VERSUS ALEGÓRICO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado à FAESP – Faculdade Evangélica de São Paulo, para fins de titulação de Bacharel em Teologia, aprovado pelos seguintes professores:

Profa Esp. Amélia Lemos Oliveira
FAESP – Orientadora

São Paulo, 30 de julho de 2020.

Dedicatória

A Deus, que é sobre todas as coisas e razão de minha existência. À minha querida família, presente de Deus e motivadora dos meus objetivos. Agradeço à minha orientadora Profª Esp. Amélia Lemos Oliveira pela paciência e grandes ensinamentos.

“Os homens não rejeitam a Bíblia porque ela se contradiz,
mas porque ela contradiz os homens”. – Walter B. Knight.

Resumo

Ao estudarmos às Escrituras, partimos do pressuposto que ela é a Palavra de Deus. Através dela, Deus revela a si mesmo, sua vontade e seus propósitos. Então surge a necessidade premente, de conhecermos com clareza e discernimento, o que Deus revelou na sua Palavra. E, para isso, é indispensável, a utilização da hermenêutica com o objetivo de se obter uma interpretação que seja no mínimo lúcida e verdadeira, de tudo que se encontra registrados na divina Escritura. Percorrendo as veredas da história eclesiástica, nos deparamos com muitos intérpretes que no afã de transmitir fielmente a Palavra de Deus como ela é em sua origem: inspirada, infalível, inerrante, eterna e suficiente, foram enérgicos e consistentes, enquanto defensores do método correto de interpretação. Desde os primórdios da história da interpretação, os mestres ortodoxos, fizeram uso do método histórico-gramatical, que é sinônimo de método literal, e, por sua vez, é distinto e oposto, ao método alegórico de interpretação. As evidências a favor do método literal de interpretação são muitas e são convincentes. Autoridades exemplares e digna de serem seguidas, quanto ao emprego do método literal, são nada menos que: os patriarcas, os profetas, os reis piedosos, nosso Senhor Jesus Cristo, os apóstolos e todos os intérpretes fidedignos no transcurso da história da igreja, inclusive nos últimos dias. A Bíblia de fato está repleta de figuras de linguagem que são frequentemente utilizadas pelos escritores sagrados com a finalidade de adornar e elucidar o sentido natural, original e literal do texto sagrado. Nunca, como método de interpretação. Não existem conflitos entre interpretação literal e linguagem figurada. O que não se admite é interpretação figurada ou alegórica.

Abstract

The study of Scriptures makes the assumption that is the Word of God. Through it, God reveals Himself, His mind, and His purposes. Then, it appears the urgent necessity to know clearly and discernment, what God revealed in His Word. And, for that, it is indispensable the use of the hermeneutic in order to obtain a elucidation which was made, at least, real and lucid, of everything what we find documented in the divine Scripture. While travelling ecclesiastical history paths, we encounter ourselves with many interpreters that in this desire of faithfully transmit Word of God how it is in its origin: inspired, inerrant, infallible, eternal and sufficient. They were energetic and consisten while defenders of correct method of interpretation. From the very beginning interpretations history, the orthodox másters made the of historic-grammatical method, which is synonym of literal method, and, in turn, is distinct and opposite to allegorical interpretation method. There are many convincing evidences in favour of literal method of interpretation. Examples of authorities which are worth of followed, concerning of the application of the literal method, they are no less than: patriarchs, prophets, pious kings, our Lord Jesus Christ, the apostles and all reliable interpreters in the course of Church History even the last days. The Bible is full of figures of speech which are often used by the sacred writers with the purpose to adorn and clarify the natural sense, original and literal sacred text. For this reason, there no conflict between literal interpretation and figurative language.

Key-words: Allegorical; Scripture; Interpretation; Literal; Original; Ortodox.

Sumário:

Introdução	11
1. Hermenêutica e Métodos de interpretação	12
1.1. Falando Sobre Hermenêutica.....	13
1.2. Conhecer, aplicar, compartilhar.....	144
1.3. A Natureza da Bíblia	15
1.3.1. Aspecto humano das Escrituras.....	155
1.3.2. Aspecto divino das Escrituras	177
2. O Método Alegórico.....	19
2.1. Antecedentes.....	20
2.2. O significado do Método Alegórico	21
2.3. Os perigos do método alegórico	22
2.4 O Novo Testamento e a alegoria	23
3. O método literal	24
3.1. Definindo Método Literal	25
3.2. As evidências a favor do método literal	26
3.3. Vantagem do Método literal	26
3.4. O Método literal e a linguagem Figurada.....	28
4. A História da Interpretação.....	30
4.1. O Começo da Interpretação	30
4.2. Esdras e a Interpretação literal.....	30
4.3. A Interpretação Judaica do Antigo Testamento	31
4.4. Os Rabinos e a Interpretação literal.....	32
4.5. Cristo e a Interpretação literal	32
4.6. Os Apóstolos e a Interpretação literal.....	33
5. O Surgimento da alegoria	35
5.1. Os Pais Alexandrinos	36
5.2. Os Pais Antioquinos	37
6. A Idade Média.....	39
6.1. A Idade Média e a Interpretação da Bíblia	39
6.2. Protagonistas da interpretação bíblica na Idade Média	40
7. A Interpretação Bíblica no Período da Reforma	42
7.1. Hermenêutica dos Reformadores.....	43
7.2. Lutero o maior personagem da Reforma Protestante	44

7.3. João Calvino o maior teólogo da Reforma Protestante	44
8. O período pós-Reforma.....	45
8.1. O pós-Reforma e os defensores da ortodoxia protestante	46
8.2. Confissão de Fé de Westminster	47
9. Considerações Gerais Sobre a Interpretação.....	48
9.1. A Interpretação das Palavras	48
9.2. Interpretando com base no Contexto	49
9.3. A Interpretação Histórica.....	50
Considerações Finais	52
Referência Bibliográfica.....	53

Introdução

O motivo principal que justifica elaborar este trabalho de pesquisa, na área da interpretação bíblica é, em primeiro lugar, o zelo pela verdadeira mensagem divina, que só é possível mediante a exposição fiel e consistente da Palavra de Deus. Segundo, é o desejo de ver nos púlpitos da igreja contemporânea, homens e mulheres proclamando a Palavra de Deus como ela é em sua essência: pura, simples e verdadeira.

Em um mundo de tantas vozes incertas, tantas confusões religiosas, heresias, falsos ensinamentos, deturpação da Palavra de Deus, é tanto necessário, quanto urgente, o uso eficaz da ciência da interpretação.

Sabemos que os erros doutrinários e teológicos, são erros exegéticos, erros na interpretação dos textos sagrados. E, para não incorrer nestes erros, o intérprete bíblico, obrigatoriamente, precisa utilizar os princípios técnicos da hermenêutica, ciência que oferece o método adequado, para que o intérprete possa chegar à interpretação correta do Texto Sagrado. E é nestes pontos, exatamente, que vamos focalizar nossa pesquisa.

O apóstolo Paulo, falando para Timóteo, o seu filho na fé, disse: “E que, desde a tua meninice, sabes as sagradas letras que podem fazer-te sábio para a salvação, pela fé que há em Cristo Jesus” (2Tm 3.15). Saber, conhecer e entender as Escrituras não é apenas uma questão intelectual e antropológica, concedendo profundidade ao conhecimento humano. Conhecer as Escrituras tem implicações também soteriológicas. Podem fazer-nos sábios para a salvação.

Concordamos, plenamente, com aqueles que dizem que entender a Bíblia é uma tarefa difícil e, por vezes, complexa. Por outro lado, sabemos que todo esforço nesta tarefa é compensador. Porque, conhecer as Escrituras é conhecer a Cristo. “Examinai as Escrituras, porque cuidais ter nela a vida eterna, e são elas que de mim testificam” (Jo 5.39).

1. Hermenêutica e Métodos de interpretação

É de suma importância que o intérprete da Escritura tenha em mente o método seguro de interpretação. A escolha correta do método empregado fará toda diferença na qualidade e no resultado deste precioso e laborioso trabalho. Entre muitos métodos usados na interpretação bíblica, encontram-se dois com maior destaque: o *método literal* e o *método alegórico*. Uma interpretação honesta e fiel às Escrituras, exige mais do que conhecimento, erudição e acúmulo intelectual. É necessário que o intérprete tenha amor incondicional, zelo implacável e fidelidade irrestrita à Santa Escritura, e que dependa inteiramente, da iluminação do divino Espírito Santo.

Nos dias atuais, a Igreja precisa encarecidamente, de homens e mulheres que puguem com amor, e que defendam, com vigor, a Verdade Absoluta, revelada na Bíblia Sagrada. E, para isto, é necessário, antes, interpretar corretamente o Texto Sagrado. O que só é possível utilizando o método correto de interpretação e pela iluminação graciosa do Espírito Santo. Huckabee (2011, p.6), afirma, com propriedade que, ter o método correto de interpretação da Palavra de Deus significa a diferença entre sua correta compreensão e heresias nas crenças e comportamento. É verdade o fato de que, em assuntos espirituais, devemos levar, em grande consideração, a importância dos princípios sólidos de interpretação da Bíblia, ou então nos desencaminharemos mediante uma compreensão pervertida da revelação de Deus à humanidade.

Todas heresias, que surgiram no decorrer da história da igreja, e já causaram destruição às pessoas, tanto no campo da fé, como nos relacionamentos humanos, ocorreram porque alguém interpretou a Palavra de Deus, de forma errônea, em algum ponto, que de modo inconsciente ou propositalmente, a mencionou em oposição direta à verdade.

Não podemos esconder que existe, hoje, uma carência da mensagem verdadeiramente bíblica, genuinamente evangélica e autenticamente cristã. John Koessler (2010, p. 15) diz “O compromisso fiel com as Escrituras é a régua com a qual devemos medir toda pregação”. Diante da necessidade que o mundo tem de ouvir a Palavra de Deus, está à responsabilidade da igreja de proclamar a Palavra de Deus. É seu dever expor a Palavra da Verdade como ela é, em seu aspecto natural, pura, simples, objetiva, original e clara. H.C. Fish (1820-1877), afirma que “Um homem que não é capaz de tornar as coisas claras, não está qualificado a ocupar um púlpito”. Pregar a Palavra de Deus com substancial clareza, é um dever impostergável, de todo pregador cristão. O que Lloyd-Jones também assevera:

Se alguém quer conhecer outra razão, eu diria, sem hesitação, que a mais urgente necessidade da Igreja Cristã, na atualidade, é a pregação autêntica. E, visto que esta é a maior e a mais urgente necessidade da igreja, evidentemente ela é também a maior necessidade do mundo. (LLOYD-JONES, 2008, p. 15).

1.1. Falando Sobre Hermenêutica

Os estudiosos definem hermenêutica, como sendo a ciência e a arte da interpretação. Há informações de que a palavra hermenêutica tem sua origem no nome de Hermes, o deus grego que servia de mensageiro dos deuses, o qual transmitia e interpretava suas mensagens. Em nossa língua, hermenêutica significa: interpretação do sentido das palavras, arte de interpretar leis, códigos, textos sagrados etc. “A palavra hermenêutica deriva do vocábulo grego que significa interpretar. A definição tradicional da palavra é ciência que define os princípios ou método para a interpretação do significado dado por um autor específico”, de acordo com Osborne (2009, p.25). Virkler (2017, p. 10) explica que, teoricamente, a hermenêutica se divide em duas subcategorias, tais como a hermenêutica geral e hermenêutica especial:

1. A hermenêutica geral, que é o estudo das regras que regem a interpretação do texto bíblico inteiro. Inclui os tópicos das análises histórico-cultural, léxico-sintática, contextual e teológica.
2. A hermenêutica especial é o estudo das regras que se aplicam a gêneros específicos, como parábolas, alegorias e tipos.

Não podemos dispensar o emprego constante da hermenêutica, seja qual for o estilo literário com o qual se estiver analisando. O intérprete pode ser duplamente beneficiado: primeiro, pelo uso da gramática e, segundo, pela iluminação graciosa do Espírito Santo. Martinho Lutero (1483-1546) chamou de “clareza externa a área da gramática, e, de clareza interna, o aspecto espiritual, obtido quando o Espírito Santo ilumina o leitor no ato da interpretação”. Para Melancthon (1497-1560), “a Escritura deve ser entendida gramaticalmente antes de ser entendida teologicamente”.

A leitura qualquer texto, pressupõe a intenção de se compreender o que está escrito. Mas para que se possa entender, é preciso interpretá-lo. Seja uma carta, um jornal, uma revista, livros em geral ou a Bíblia, em especial. O principal objetivo, durante a leitura, é compreender qual o sentido do texto, a interpretação.

Segundo A. N. Lopes (2007, p. 21), ao interpretarmos um texto da Bíblia, é necessário que não venhamos perder de vista seu aspecto humano e divino: “Como Palavra de Deus, a Bíblia deve ser lida como nenhum outro livro. Mas tendo sido escrita por homens, ela deve ser interpretada como qualquer outro livro”. Não é possível aplicar a nós, nem ensinar aos outros, as verdades fundamentais da Escritura de forma eficaz, se primeiro não interpretá-las de forma sábia e consciente.

Roy Zuck (2006, p. 12,13) fala de três fatores essenciais para que possamos, de fato, conhecer melhor a Bíblia: ler, observar e interpretar. Ao ler a Bíblia, muitos saltam diretamente da observação para a aplicação, desprezando etapas essenciais da interpretação. Isto vai inviabilizar a interpretação, que se constitui exatamente pela sequência lógica da observação. Ao observar o que a Bíblia diz, o leitor está fazendo uma sondagem; ao interpretá-la, faz uma reflexão. Observar conduz à descoberta; interpretar, à apreensão das ideias. A observação consiste em descrever; a interpretação, em determinar o sentido. A primeira é exploração; a segunda, explicação.

Estes princípios precisam ser rigorosamente observados, para que se faça uma interpretação fiel e consistente da Santa Escritura. Muitos são os que cometem erros grosseiros e perigosos ao tentar ensinar, pregar e expor a Bíblia, sem obedecer a estes princípios fundamentais, imprescindíveis para que se obtenha uma interpretação correta da Palavra de Deus.

1.2. Conhecer, aplicar, compartilhar

A hermenêutica é a ferramenta ideal para se alcançar o significado original inserido no texto, que é a intenção pretendida pelo autor humano, o qual escreveu inspirado pelo autor divino - Deus. Sendo assim, temos o autor, agente humano, que escreveu inspirado pelo divino. Mas nenhum cristão evangélico tem dúvida de que o autor único das Escrituras é Deus. Para Virkler, “No estudo da Bíblia, a tarefa do exegeta, é determinar tão intimamente quanto possível, o que Deus queria dizer em determinada passagem e não o que ela significa para mim” (VIRKLER, 2017, p. 17). No entanto, conhecer primeiro, para depois aplicar e, por fim, compartilhar a verdade da Palavra de Deus, deve ser o objetivo constante de todo intérprete das Escrituras Sagradas. Osborne (2009, p. 26,27) apresenta as tarefas hermenêuticas em três níveis, segundo a perspectiva do pronome pessoal:

Começamos com uma abordagem baseada na terceira pessoa, fazendo a seguinte pergunta a respeito do texto: “o que ele significa?” (exegese). Em seguida, passamos para uma abordagem na primeira pessoa e indagamos: “o que ele significa para mim” (devocional). Por fim, vamos ao texto para abordá-lo na segunda pessoa e procuramos descobrir “como compartilhar com você o que ele

se significa para mim” (homilética). Se tentarmos apenas uma abordagem e desprezarmos as outras, acabamos ficando com uma falsa mensagem. Os que fazem uma abordagem apenas na terceira pessoa são profissionais de seminários que têm a cabeça nas nuvens e não conseguem se comunicar com ninguém, a não ser com seus colegas de profissão. Os que optam apenas pela abordagem de primeira pessoa são subjetivos e vivem em um mosteiro onde a Palavra de Deus tem relação apenas com eles mesmos. Os que adotam apenas as abordagens de segunda pessoa são igualmente subjetivos, mas usam a Bíblia como instrumento de ataque e sempre estão desafiando a vida de todo mundo, menos a deles. Precisamos estudar a Bíblia por meio das três abordagens na ordem apresentada, sempre procurando conhecer o significado da passagem, para depois aplicá-lo primeiro a nós e em seguida compartilhá-lo com os outros.

O analfabetismo bíblico é extremamente prejudicial, tanto para um crente em particular, como, também, vergonhoso para aqueles “pregadores” e “professores” em especial, que se atrevem a exercer estas funções, sem previamente buscar um conhecimento sistemático nas Santas Escrituras. Além de ignorantes, são desobedientes quanto à exortação de Paulo que diz: “Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade” (2 Tm 2.15).

1.3. A Natureza da Bíblia

A Bíblia é a Palavra de Deus. Portanto, inspirada, inerrante, infalível, eterna e suficiente. Tem a participação do agente tanto divino quanto humano em sua constituição, são afirmações defendidas por todos os intérpretes ortodoxos e conservadores cristãos. Ao estudar a Bíblia, cômico desta realidade, já é um passo a favor do intérprete na compreensão do texto Sagrado. Para que haja uma correta interpretação da Escritura, é necessário considerar seu aspecto divino e humano.

1.3.1. Aspecto humano das Escrituras

Na Cristologia se estuda a *união hipostática*, que é a união das duas naturezas, humana e divina na pessoa única de Jesus. A Bíblia, também, por sua vez, é um livro único, singular, que tem, em sua formação, a participação, dos agentes humanos que foram inspirados, e do agente divino, o qual os inspirou, de forma plena, ao escrever as Santas Escrituras. Homens foram instrumentos usados por Deus, para transmitir livremente e conscientemente sua Palavra, de forma infalível e inerrante. Hodge, (2001, p. 116), explica isto mostrando a diferença e efeito entre revelação e inspiração:

Elas diferem, primeiramente, quanto a seu objetivo. O objetivo da revelação é a comunicação do conhecimento. O objetivo ou desígnio da inspiração é assegurar infalibilidade ao ensino. Por consequência elas diferem, em segundo lugar, em seus efeitos. O efeito da revelação era tornar seu receptor mais sábio. O efeito da inspiração era preservá-lo de erros na ministração do ensino. Esses dois dons eram amiúde desfrutados pela mesma pessoa ao mesmo tempo. Ou seja, o Espírito amiúde comunicava conhecimento e controlava sua comunicação a outros, oralmente ou por escrito. Isso sem dúvida foi o que ocorreu com os Salmistas e amiúde com os Profetas e Apóstolos.

A revelação divina é a revelação que Deus faz de si mesmo. Em primeiro lugar, a revelação geral, que se dá por meio da natureza, também conhecida como revelação natural externa, e a revelação natural interna, que acontece no íntimo, na consciência de todo ser humano. Em segundo lugar, a revelação especial, que se dá de forma sobrenatural, por meio das Santas Escrituras e por meio de Jesus Cristo, de forma pessoal. Apesar de ser o livro mais divulgado, lido, estudado e conhecido também, nesta geração, a Bíblia é um livro perene. Portanto, existe uma distância enorme entre os autores sagrados, ouvintes e leitores do seu tempo e, nós, os leitores contemporâneos. Roy B. Zuck (2006, p. 17-19) explica que, na hermenêutica, precisamos transpor vários abismos que se apresentam pelo fato de termos, em mãos, um livro tão antigo. Verificar-se-á pelo menos cinco destes abismos:

1. **O abismo do tempo (cronológico).** Devido à gigantesca lacuna temporal, um abismo enorme separa os autores dos primeiros leitores da Bíblia. A ausência dos leitores no período da escrita, a falta de comunicação com os respectivos autores e os primeiros ouvintes e os primeiros leitores das obras para descobrir, em primeira instância, o significado do que foi escrito e a influência exercida.
2. **O abismo do espaço (geográfico).** Atualmente, a maior parte dos leitores da Bíblia vive a milhares de quilômetros de distâncias dos países onde se deram os fatos bíblicos. Foi no Oriente Médio, no Egito e nas nações mediterrâneas meridionais da Europa atuais que as personagens bíblicas viveram e peregrinaram. A área estende-se desde a Babilônia, no que, recentemente, é o Iraque, Roma (e talvez a Espanha, se é que Paulo foi até lá). Esta distância geográfica traz certa desvantagem.
3. **O abismo dos costumes (cultural).** Existem grandes diferenças entre a maneira de agir e de pensar dos ocidentais e das personagens das terras bíblicas. Portanto, é importante conhecer as culturas e os costumes dos povos dos tempos bíblicos. Muitas vezes, a falta de conhecimento de tais costumes gera interpretações errôneas.

4. **O abismo do idioma (linguístico).** Além dos abismos temporal, espacial e cultural ainda há enorme lacuna entre a forma de falar e de escrever recentes e a dos povos bíblicos. Os idiomas nos quais a Bíblia foi escrita –hebraico, aramaico e grego – têm singularidade estranhas à nossa língua. Por exemplo, no hebraico e no aramaico, dos manuscritos originais do Antigo Testamento, só havia consoantes. As vogais estavam subentendidas e, portanto, não eram escritas (embora os massoretas as tenham acrescentado, séculos mais tarde, por volta de 900 d.C.). Além disso, tanto o hebraico quanto aramaico são lidos da direita para esquerda, e não da esquerda para a direita. Ademais, não havia separação entre as palavras.
5. **O abismo da escrita (literário).** Existem diferenças entre os estilos e as formas de escrita dos tempos bíblicos e os do mundo ocidental modernos. Dificilmente, se faz uso de provérbios ou parábolas para se expressar na atualidade; no entanto, parte da Bíblia foi escrita em linguagem proverbial ou parabólica.

Todos estes abismos ou distanciamento, entre o passado e o presente, necessariamente, precisam ser transpostos para que o intérprete das Escrituras possa ter uma compreensão correta e objetiva do texto Sagrado.

1.3.2. Aspecto divino das Escrituras

No que diz respeito ao aspecto divino das Escrituras enfrentamos de fato, outros abismos ou distanciamentos, que só podemos transpor, com a ajuda do próprio Deus. Neste aspecto, Augustus Nicodemus (2007, p. 26,27), fala de três distanciamentos:

1. **Distanciamento Natural.** A distância entre Deus e nós é imensa. Ele é o Senhor, criador de todas as coisas, dos Céus e da Terra. Como criaturas, limitadas, finitas, na condição de seres humanos, foram impostos limites à capacidade de entender e compreender as coisas de Deus. Não impede a possibilidade deste conhecimento, com certeza, mas limita. O fato de ocupar a posição de seres humanos tentando entender a mensagem enviada pelo Criador, em si, só representa um distanciamento. A distância entre a criatura e o Criador, tão frequentemente mencionada nas Escrituras, tem seus efeitos também na hermenêutica. Os intérpretes da Bíblia não podem ignorar isto e pensar que bastam ferramentas hermenêuticas corretas para que se entenda a revelação de Deus. Historicamente, muitos destes intérpretes reconhecem a necessidade de transpor esta distância pela iluminação do Espírito.

2. **Distanciamento Espiritual.** O fato de serem pecadores impõe ainda mais limites à capacidade de interpretação da Bíblia. Todos os intérpretes da Bíblia têm sido e são seres afetados pelo pecado tentando entender os desígnios de um Deus puro e santo. A queda é um conceito espiritual, mas não pode ser deixado de lado em qualquer sistema interpretativo das Escrituras. Transpor o abismo epistemológico, causado pela queda, é certamente o ponto de partida. A regeneração e a conversão são a resposta de Deus a esta condição.
3. **Distanciamento Moral.** É a distância que existe entre intérpretes pecadores e egoístas e a pura e santa Palavra que pretende esclarecer. A corrupção, dos corações, acaba por introduzir, na interpretação das Escrituras, motivações incompatíveis com o Autor das mesmas. Infelizmente, a história da Igreja mostra como diferentes grupos manipulam as Escrituras para defender, provar e dar autoridade a seus pontos de vista [...]. A Bíblia tem sido usada como prova das mais conflitantes teorias e ideias, o que mostra que ler e entender imparcialmente a sua mensagem não é tão fácil assim. A Bíblia foi usada pelos protestantes, de países colonizadores, para justificar a escravidão, usando texto do Antigo e do Novo Testamento que falam da escravidão sem, contudo, aboli-la (Êx 21.2-6). Os seus opositores usaram também a Bíblia para defender as ideias abolicionistas, usando a parábola do bom samaritano e a mensagem cristã: “amarás o teu próximo como a ti mesmo”.

A Bíblia também foi usada para provar que judeus deveriam ser perseguidos e que os protestantes brancos são uma raça superior. A Bíblia foi usada para executar as bruxas, para impedir o casamento dos padres, para defender a masturbação, para justificar o aborto e a eutanásia, para prover aceitação e fortalecimento dos homossexuais, para proibir ingerência de qualquer tipo de bebida alcoólica, para proibir transfusão de sangue etc.

Logicamente um Deus ilimitado e santo, nunca poderia ser alcançado pelo homem finito e pecador, se essa iniciativa não viesse do próprio Deus. Segundo Stott (2007, p. 14,15), “A não ser que Deus se revele a nós, nunca conseguiremos conhecê-lo, e todos os altares do mundo irão levar à trágica inscrição Ao Deus desconhecido”, como a que Paulo viu em Atenas (At 17.23). O profeta Isaias explica por que o homem, por si mesmo, não pode conhecer Deus em sua transcendência e grandeza infinita: “Porque os meus pensamentos não são os vossos pensamentos, nem os vossos caminhos, os meus caminhos, diz o Senhor. Porque, assim como os céus são mais altos do que a terra, assim são os meus

caminhos mais altos do que os vossos caminhos, e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos” (Is 55.8-9).

Em suma, verifica-se que, entre os métodos empregados pelos intérpretes da Escritura, dois deles apresentam maior destaque, e são os mais usados na interpretação bíblica. O método literal ou histórico-gramatical e o método alegórico de interpretação. Todos os intérpretes que se preocupam com uma interpretação mais responsável e mais fiel às Santas Escrituras, priorizam o método literal de interpretação.

A insistência e exigência quanto à elaboração de uma interpretação ortodoxa, não pode ser flexível quanto à tarefa de buscar o sentido original do texto, ou seja, àquele pretendido pelo autor sagrado. Somente assim, é que se pode conhecer e compartilhar a mensagem pura, cristalina e original da Palavra de Deus.

A hermenêutica, como ciência e arte da interpretação, é este instrumento imprescindível para todos aqueles que anseiam por uma interpretação fiel do texto sagrado. Tanto a hermenêutica geral, que se ocupa com os tópicos das análises: Histórico cultural, léxico-sintática, contextual e teológica, como a hermenêutica especial, que se aplica a gêneros específicos: parábolas, alegoria, profecia e tipos.

Na verdade, é preciso seguir, pontualmente, a ordem lógica da interpretação. Conhecer primeiro, o significado original do texto, para depois, aplicar a si mesmo, e, por fim, compartilhar com os outros. Mudar propositalmente, ou, por ignorância, esta ordem, é criar embaraço e, inevitavelmente, dificultar a interpretação.

Deus, que é inacessível e transcendente, revelou-se, de forma geral e visível, através da natureza, por Ele criada, e de forma invisível na consciência humana. E, também de forma especial, em seu Filho, Jesus Cristo, a Verdade, em pessoa, e, através das Escrituras, a Verdade escrita.

Entender os dois aspectos sobre a natureza da Bíblia, ou seja, sua natureza divina e humana, já é um passo a favor do intérprete. No que diz respeito à natureza humana, observa-se os abismos: cronológico, geográfico, cultural, linguístico e literário. E, em relação à infinita grandeza de Deus, defronta-se com os abismos: natural, espiritual e moral. Todos estes abismos precisam ser superados.

2. O Método Alegórico

Um antigo método de interpretação, que passou por um avivamento nos últimos tempos, é o método alegórico, adotado por uns e rejeitado por outros. Uma das vantagens

em estudar hermenêutica é porque, ao conhecer os erros na interpretação bíblica, causados pelo uso de métodos ineficazes, é que é possível precaver-se contra os tais na atualidade, e advertir os intérpretes no futuros. Interpretar a Bíblia corretamente, é reproduzir a sua mensagem, em seu sentido original. O método alegórico de interpretação não corresponde a este fim, mas abre espaço para todo tipo de erros e heresias, historicamente comprovados. Earle E. Cairns (2008, p. 95) afirma que “O método alegórico de interpretação, tem causado, muito mal, à interpretação correta, da Bíblia, e, gerado doutrinas teológicas absurdas e até antibíblicas”.

2.1. Antecedentes

Conforme os anais da história, o método alegórico de interpretação não surgiu no âmbito da comunidade judaica, nem da comunidade cristã. Mas no campo da filosofia grega. Alguns dos mestres (rabinos) judeus helenistas, influenciados pelos filósofos gregos, principalmente Platão, optaram por adotar este método na interpretação dos textos sagrados do Antigo Testamento. Estes mestres judeus, por sua vez, influenciaram os mestres cristãos ainda no período da igreja primitiva. Apesar de ser tão antigo, se perpetua até os nossos dias. Roy B. Zuck (1994, p. 43), explica que os filósofos gregos admiravam, de forma incondicional, os escritos do poeta Homero, que viveu no Séc.9.a.C., mas sentiam-se constrangidos, com o comportamento imoral e com os antropomorfismos dos deuses imaginários da mitologia grega, abrangente naquela literatura. Então, a solução, que os filósofos admiradores de Homero encontraram, a fim de contornar o problema, foi alegorizar as histórias, buscando sentido esotérico, sobre o texto literal. Informa-nos ainda, que Teógenes de Régio, pode ter sido o primeiro filósofo grego a alegorizar os escritos de Homero.

Com relação ao uso do método alegórico de interpretação, o nome mais influente entre os judeus foi, sem dúvida, Filo de Alexandria (c. 20 a. C. - 54 d. C.). Ele, com base na filosofia grega, adotava a opinião fundamentada por Platão de que não se deveria acreditar em nada que fosse indigno de Deus.

No meio cristão, Clemente de Alexandria (155-216), influenciado por Filo, foi o primeiro líder a utilizar o método alegórico para interpretar tanto o Antigo como o Novo Testamento. Segundo H. Virkler (2017, p.44), “Ele desenvolveu a teoria de que cinco sentidos estão ligados à Escritura (histórico, doutrinal, profético, filosófico e místico), com as mais profundas riquezas disponíveis somente aos que entendem os sentidos mais profundos”.

Embora Clemente tenha sido o primeiro a utilizar o método alegórico e ensinar que qualquer texto das Escrituras apresenta sentidos múltiplos, não foi o mais influente entre os líderes cristãos. “Seu discípulo Orígenes de Alexandria (185-254), superou-o em erudição e influência”.

Alexandria é considerada o primeiro centro teológico cristão, com acentuada influência entre os cristãos no período da Igreja Primitiva pós-apostólico. Mas não foi o único. Uma de suas marcas distintivas, foi o uso irrestrito do método alegórico de interpretação. Essa escola cujos protagonistas, começando por Pateno seu primeiro diretor que faleceu cerca de 190 da Era Cristã, juntamente com seus sucessores Clemente e Orígenes, no afã de harmonizar seus pressupostos filosóficos com os princípios bíblico-cristãos, cometeram um grave erro. Segundo Cairns (2008, p. 95). “Em vez de enfatizarem uma interpretação histórico-gramatical da Bíblia, criaram um sistema alegórico de interpretação que assola o cristianismo até hoje. Esse tipo de interpretação baseia-se na suposição de que a Bíblia tem mais de um sentido”.

2.2. O significado do Método Alegórico

Alegorizar significa buscar nos textos bíblicos um sentido mais profundo, espiritualista e esotérico, além do significado literal, que é único, natural, simples e direto. Bento (2003, p. 124), fazendo uso de vocábulos originais gregos explica: “O termo alegoria procede da combinação de dois termos gregos, *allos*, isto é, “outro”, e *agoreyo*, “falar” ou “proclamar”. Literalmente, significa “dizer uma coisa que significa outra”. Este método é, no mínimo, ineficaz, porque não interpreta corretamente as Escrituras e, no máximo perverso, porque tira a autoridade divina da Bíblia, transferindo-a para o intérprete.

Quando um intérprete das Escrituras utiliza o método alegórico de interpretação, o foco não está no esforço de saber o sentido original e único do texto sagrado. Mas livre curso à sua imaginação e, em seus próprios pensamentos, criar tantos quantos sentidos desejar. Portanto, o texto sagrado não é a autoridade final e, sim, o intérprete. Ele está livre para pensar, concluir e dizer o que quiser.

A autoridade da Escritura está nela mesma, pelo fato de ser a Palavra Deus, não depende de opiniões alheias para firmar sua validade, como verdade absoluta e final. A Confissão de Fé de Westminster, Capítulo I, seção IV (2016 p. 61), faz a seguinte afirmação:

A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade), que é o seu autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus.

Tudo que se pensa, fala ou faz, deve partir deste pressuposto: A Bíblia é a Palavra de Deus. Ela é a revelação sobrenatural de Deus, Portanto, é verdadeira em tudo o que afirma, como expressou Agostinho de Hipona (354-430): “O que a Escritura diz, Deus diz!” Com base nisto, podemos dizer com toda segurança, cremos em tudo o que a Bíblia diz a respeito dos homens, mas não cremos em tudo que os homens dizem a respeito da Bíblia. Ela sim é a verdade em si mesma. Nosso Senhor diz: “Santifica-os na verdade; a tua palavra é a verdade” (Jo 17.17).

2.3. Os perigos do método alegórico

Para o bem da alma, e para assegurar a saúde espiritual da igreja, deve-se rejeitar de forma veemente, o método alegórico de interpretação. Toda interpretação errada produz como resultado, uma doutrina errônea. E o método alegórico é perigoso porque está repleto de erros. J. D. Pentecost (1998, p. 33,34), relaciona pelo menos três grandes perigos ao se adotar esse método:

1. O fato indubitável, de que ele não interpreta corretamente as Escrituras.
2. A autoridade básica da interpretação deixa de ser a Bíblia e passa a ser a mente do próprio intérprete.
3. Não há meios de provar as conclusões do intérprete.

Não podemos adotar um método que o máximo a oferecer é uma interpretação subjetiva, especulativa e sem consistência. O intérprete das Escrituras tem que, indubitavelmente, estar seguro de que encontrou no texto sagrado seu sentido original. E não se apoiar em suposições especulativas. Assegura-se que: É Palavra de Deus e, somente, a Palavra de Deus, é Infalível, inerrante, e não, a interpretação pessoal. A fidelidade das Escrituras não é medida pela interpretação pessoal, mas a interpretação pessoal é mensurada pela fidelidade às Escrituras. Hermisten (2008, p. 104), é muito claro ao dizer: Não é a igreja, que tem o poder de autenticar a Palavra de Deus, não sua interpretação, como reivindica para si, a Igreja Católica Romana, várias vezes, em diversos documentos. Sem dúvida, um testemunho falível, como a testemunha da igreja, não pode ser o modelo do fundamento da divina fé. É a Bíblia que se autentica a si mesma, como Palavra autoritativa de Deus, e é ele mesmo, quem nos ilumina, para que possamos interpretá-la corretamente (Sl 119.18).

Quanto mais perto estiver a nossa interpretação, do sentido implícito na Santa Escritura, maior autoridade terá a nossa pregação. Qualquer pregação que não tenha base sólida na Palavra de Deus, mas delira em especulações e fantasias da mente humana, pode até ser atraente, espetacular, encantadora, mas não tem autoridade outorgada por Deus.

2.4 O Novo Testamento e a alegoria

Os defensores do método alegórico apoiam-se na tese de que o próprio Novo Testamento permite o uso de alegoria. Portanto, isto dá licença com respaldo bíblico, para que o intérprete das Escrituras utilize a alegoria como método de interpretação. Para credenciar esta tese, fazem referência à Gálatas 4.21-31, texto no qual Paulo, o grande intérprete do Cristianismo, empregou-o como método de interpretação.

Os defensores do método alegórico, também argumentam que o fato de o Novo Testamento fazer uso constante de *tipos*, justifica o emprego deste método. Fica claro que nem a alegoria, referente na Carta de Paulo aos Gálatas, nem o uso de tipos faz do método alegórico um método justificável. J. D. Pentecost (1998, p.36), explica de forma bastante notável:

Devemos observar cuidadosamente que em Gl. 4.21-31, Paulo não está usando o método alegórico de interpretação do Antigo Testamento, mas está explicando uma alegoria. As Escrituras estão repletas de alegorias, sejam tipos, sejam símbolos, sejam parábolas. Estes são meios legítimos de comunicar o pensamento. Não exigem um método alegórico de interpretação, que negaria o antecedente literal e histórico e usaria a alegoria apenas como trampolim para a imaginação do intérprete. O uso de alegoria, entretanto, não é justificativa para o uso do método alegórico [...] em resposta à acusação de que interpretar tipos é utilizar o método alegórico, devemos enfatizar que a interpretação de tipos não é a mesma coisa que a interpretação alegórica. A eficácia do tipo depende da interpretação literal do antecedente literal.

Fica evidente que não é necessário alegorizar as Escrituras para melhor compreendê-la. Deve-se, sim, buscar com todo afincamento o seu sentido literal. A Bíblia é a Palavra de Deus, inspirada pelo Espírito Santo, e somente o Espírito, acima de qualquer hermenêutica, ou técnicas humanas de interpretação, é de fato o verdadeiro intérprete da Santa Escritura. Todos os esforços pessoais e toda a ajuda técnica seriam de nenhum proveito, sem a iluminação do Espírito Santo. John Stott (2005, p. 210), confirma: “a obra do Espírito em comunicar a verdade de Deus é vista agora como tendo dois estágios: Um estágio objetivo que é a *revelação* e um estágio subjetivo que é a *iluminação*”. Portanto, o Espírito Santo que inspirou os autores sagrados para escrever a Palavra de Deus no passado, ilumina os salvos em Cristo Jesus, para compreender a palavra de Deus no presente.

Em suma, o método alegórico de interpretação é antigo e influenciou a interpretação bíblica por meio de mestres judeus e líderes cristãos no passado, e continua sendo utilizado e influenciando alguns intérpretes da Escritura também no presente.

Foi, primeiro, empregado como instrumento na interpretação filosófica, em defesa dos escritos de Homero e de Hesíodo. Depois, os rabinos judeus o adotaram para a interpretação do Antigo Testamento e, por último, líderes cristãos pós-apostólicos e, em toda Idade Média, também o utilizaram na interpretação bíblica. O método alegórico só foi combatido e rejeitado, eficazmente, a partir da Reforma Protestante.

Alegorizar significa, literalmente, referir-se a um evento ou episódio, dando um significado, mas ao se analisa-lo, cuidadosamente, se verá que significa algo bem distinto. Portanto, ao usar alegoria como método de interpretação, o intérprete não está empenhado na busca do sentido verdadeiro e genuíno da Escritura, mas em superar-se em sua capacidade imaginativa.

A autoridade da Bíblia está nela mesma. Não precisa de externo, ela auto-reivindica sua autoridade, pelo fato de ser a Palavra de Deus infalível, inerrante, eterna, suficiente e plenamente inspirada. O porquê da Bíblia fazer uso de alegorias e tipos, a título de ilustração, inclusive no Novo Testamento, não sanciona ou permite a interpretação do texto sagrado por meio do método alegórico. A verdadeira interpretação exige que a Bíblia seja interpretada literalmente.

Na preciosa tarefa de interpretar, para melhor compreender, aplicar e transmitir a Santa Palavra de Deus implica na lembrança de que não há solidão nesta tarefa, o Espírito Santo do Senhor, está auxiliando nesta tarefa. O Espírito Santo que esteve com os escritores sagrados, de forma objetiva, inspirando-os no passado, para escreverem as Santas Escrituras, auxiliando, de forma subjetiva, no presente, esclarecendo as santas verdades para que seja compreendida com clareza.

3. O método literal

Todo intérprete, que estuda a Escritura, com base no princípio de que a Bíblia é a revelação de Deus, que Ele revela a si mesmo e seus propósitos, não tem nenhuma dificuldade em interpretar, literalmente, o texto da Santa Escritura. Como a Escritura testifica dizendo: “Deus é luz, e não há nele treva nenhuma” (1Jo 1. 5). Luz aqui é o equivalente à verdade absoluta. Deus é verdadeiro em tudo o que diz e em tudo o que faz. Um intérprete desonesto e mal-intencionado pode, de fato, dizer qualquer coisa que

desejar a respeito da Bíblia, mas o que importa é o que a Bíblia diz sobre ela mesma, e não as opiniões alheias.

Os reformadores estavam certos ao afirmarem: A Bíblia interpreta a Bíblia. Neste sentido, interpretar a Bíblia literalmente, é dizer o que a Bíblia diz em si mesma. O método literal, portanto, tem essa função, de dizer o que a Bíblia diz. Norman Geisler (1999, p. 13), apresenta uma lógica, com as seguintes premissas: “Deus não pode errar. A Bíblia é a Palavra de Deus. Portanto, a Bíblia está isenta de erros”. Que a Palavra de Deus não tem erro, sabe-se perfeitamente, ela é inerrante. Por que, então, tantas doutrinas falsas e tantos ensinamentos errados, cometidos por aqueles que fazem uso da Bíblia e se dizem intérpretes dela? Pode-se afirmar, categoricamente, que os erros estão sempre em suas interpretações pobres e no uso de métodos de interpretação deficientes, nunca, no texto sagrado.

3.1. Definindo Método Literal

O dicionário Priberam de Língua Portuguesa, define *método*¹ como: “Processo racional para chegar ao conhecimento ou demonstração da verdade”. E *literal*:² “Conforme a letra, ou ao texto, sujeito ao rigor das palavras, terminante, claro”.

O método literal de interpretação, é o que dá a cada palavra, o mesmo sentido básico e exato, que teria no uso costumeiro, normal. Chama-se método *histórico-gramatical*, para ressaltar o conceito de que o sentido deve ser apurado mediante considerações históricas e gramaticais. J. D. Pentecost *apud* Ramm (1998, p. 37) define isto nos seguintes termos:

O significado costumeiro e socialmente reconhecido de uma palavra é o sentido literal dessa palavra. O sentido “literal” de uma palavra é o seu significado básico, costumeiro e social. O sentido espiritual ou oculto de uma palavra ou expressão é o que deriva do significado literal e dele depende para sua existência. Interpretar literalmente significa nada mais, nada menos que interpretar sob o aspecto do significado normal, costumeiro.

A Bíblia é o conteúdo da pregação verdadeira, a exposição dela. Uma interpretação correta precede uma pregação verdadeiramente correta. Dizer o que a Bíblia não diz, implica em falsidade e desvio doutrinário, mas expor a Palavra de Deus literalmente como ela é em seu sentido original, nisso está, à única base segura da doutrina verdadeira, bíblica, cristã. Neste ponto, J. D. Pentecoste (1998, p. 37), explica que “Em oposição

¹ MÉTODO. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/m%C3%A9todo>. Acesso em 29 nov. 2019.

² LITERAL. Dicionário Priberam de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/literal>. Acesso em 29 nov. 2019.

direta ao método alegórico de interpretação, encontra-se o método literal ou histórico-gramatical”.

3.2. As evidências a favor do método literal

Os defensores do método literal de interpretação, ou histórico-gramatical estão seguros das evidências que corroboram o uso indispensável do método literal de interpretação. Os patriarcas, os profetas, os reis piedosos, o Senhor Jesus, os apóstolos e os intérpretes ortodoxos em todo o período da igreja, fizeram uso irrestrito, do método literal de interpretação. Bernard Ramm *apud* D. Pentecost, (1998, p. 38), faz pelo menos cinco afirmações que favorecem o método literal:

1. O sentido literal das frases é a abordagem normal em todas as línguas.
2. Até mesmo, os sentidos secundários de documentos, parábolas, tipos, alegorias e símbolos, dependem do sentido literal para sua existência.
3. O método literal, é único inibidor seguro, para conter, a imaginação do homem.
4. O método literal, é o único, que se ajusta com a natureza da inspiração. A inspiração plenária das Escrituras ensina que o Espírito Santo de Deus guiou os homens à verdade e os afastou do erro.

É bom e salutar, saber que a Bíblia é a revelação de Deus aos homens, e não um livro esotérico, um livro de mistério. Assim como o Senhor Jesus é a Palavra viva, a Escritura é a Palavra escrita. Como revelação escrita, apesar de ser um livro sobrenatural por ter origem em Deus, e não no homem, ela foi escrita em uma linguagem compreensível, nos idiomas hebraico, aramaico para o Antigo Testamento e grego para o Novo Testamento. Foi escrita com objetivo definido, transmitir, comunicar, a pessoa divina, sua doutrina. Como afirma Roy B. Zuck, (1994, p. 71): “Essa é a finalidade de uma comunicação por escrito: Ajudar os leitores a entender determinadas coisas, isto é, transmitir uma ideia, comunicar”.

3.3. Vantagem do Método literal

Os erros doutrinários, tão comuns entre os pregadores e mestres da atualidade, são substancialmente, erros de caráter hermenêutico. A maneira mais segura de evitar esses erros, é efetuar a interpretação correta das Escrituras, ou seja, utilizar o método literal de interpretação. Ramm *apud* Pentecost, (1998, p. 39) mostra as vantagens do método literal que o torna preferível em relação ao método alegórico:

1. O método literal tem, por base, a interpretação dos fatos. Então, procura estabelecer-se sobre informações objetivas: gramática, lógica, etimologia, geografia, história, arqueologia e teologia.
2. O método literal exerce sobre a interpretação, um controle semelhante ao que é exercido à experiência, com relação ao método científico, ou seja, a justificação e o controle das interpretações. Deve ser rejeitado qualquer modelo que não se coadune aos cânones do método literal-cultural-crítico. Este método oferece a única fiscalização fiel, para o constante perigo de aplicar uma interpretação de duplo sentido às Escrituras.
3. O método literal tem alcançado maior progresso, na exposição da Palavra de Deus. Depois de mais de um milênio e meio, utilizando-se métodos não muito consistentes, para a tarefa da interpretação das Escrituras, vindo, porém, a Reforma Protestante, com o literalismo de Lutero e Calvino, o método histórico-gramatical-literal foi finalmente estabelecido.
4. O método literal também oferece autoridade fundamental, por meio da qual, interpretações individuais, podem ser postas a prova. Ainda, através do método literal, uma passagem da Escritura pode ser comparada à outra, pois, como a Palavra de Deus, tem autoridade em si mesma, e é o padrão, pelo qual toda verdade deve ser testada, dessa forma se obtém uma interpretação segura e objetiva.

Em tempo de tantas falsificações doutrinárias, erros teológicos, e deturpações da Santa Escritura, é preciso ter todo cuidado para não apoiar a compreensão da Palavra de Deus, na areia movediça da subjetividade, dos conceitos e misticismos humanos. É totalmente inseguro tentar interpretar as Escrituras por meios de elementos místicos como: intuição, sonhos, visões e novas revelações. Qualquer interpretação que esteja dissociada do contexto geral das Escrituras e não considere cuidadosamente a análise histórico-gramatical, ou seja, que não for uma interpretação literal, não merece nenhuma confiança, digna de ser aceita.

Os homens Santos de Deus falaram inspirados por Deus, disseram o que Deus quis dizer. O que prevaleceu foi a intenção divina e não a intenção humana. Tim LaHaye (1926-2016) afirma que “Deus tencionava dizer o que disse e disse o que tencionava dizer quando inspirou homens que da parte de Deus falaram inspirados pelo Espírito Santo” (2 Pe 1.21). A Bíblia é a revelação sobrenatural de Deus, de sua palavra e de sua vontade em todos os aspectos. Inspiração em teologia é definida como: Infusão da vontade divina na consciência humana. J. D. Pentecost (1998, p.38) assegura:

Deus concedeu sua Palavra como revelação de forma tão exata e específica que seus pensamentos só podem ser comunicados segundo as leis da linguagem e da gramática. Tomando como evidência essa pressuposição favorece a interpretação literal, pois um método alegórico de interpretação turvaria o sentido da mensagem entregue por Deus ao homem. O fato de que as Escrituras continuamente remetem para interpretações literais do que foi anteriormente escrito serve de prova adicional quanto ao método a ser empregado para interpretar a Palavra.

Deus, em sua revelação escrita (a Bíblia), utiliza o meio mais convencional de comunicação: as palavras. Sabendo de antemão, que cada palavra tem significado único, e não múltiplo, como alguns afirmam. Então, faz-se necessário à análise léxico-sintática, ou seja, O estudo do significado de palavras tomadas isoladamente e o modo como essas palavras se combinam, a fim de determinar com maior precisão o significado que o autor pretendia lhes dar.

3.4. O Método literal e a linguagem Figurada.

Como sabemos, a Bíblia está repleta de figuras de linguagem, não podemos passar despercebido quanto a sua importância e brilhantismo no texto sagrado. Roy B. Zuck (1994, p. 167) cita E. W. Bullinger, que agrupou as figuras de linguagem da Bíblia em mais deduzentas categorias e forneceu uma relação com 8.000 exemplos bíblicos, de figuras de linguagem. O intérprete experiente sabe, com clareza, quando uma palavra ou expressão está em seu sentido natural, original, geral ou figurado. John Stott (2005, p. 222, 228 e 236) orienta:

1. Em primeiro lugar, devemos buscar o **sentido natural do texto**. O qual é denominado, de *princípio da simplicidade*. Significa que uma das nossas convicções cristãs básicas é “Deus é Luz, e não há nele trevas nenhuma (IJo 1.5). É tão natural para Deus revelar a si mesmo, quanto é natural para a luz brilhar. Uma das principais maneira de Deus se revelar, é falando. E, é certo que Deus falou da melhor forma possível, a fim de ser compreendido por nós suas criaturas. Pois a finalidade da revelação como um todo é esclarecimento, não confusão.
2. Em segundo lugar, vem o **sentido original da Escritura**. Ou seja, o *princípio histórico*. A auto revelação, de início foi direcionada, em primeira instância, a um povo específico, numa época específica, num país específico. Então, a mensagem permanente e universal da Escritura, precisa ser compreendida à luz das circunstâncias históricas na qual foi originalmente transmitida.
3. Em terceiro lugar, devemos buscar o **sentido geral da Escritura**. Esse é o *princípio da harmonia*. Partindo da ótica humana, a Bíblia é um simpósio com

extensa faixa de contribuições. Mas, do ponto de vista divino, a Bíblia procede de uma única mente. Devemos abordar a Escritura com dupla confiança: Deus falou, e que ao falar ele não se contradisse.

Não existem conflitos na interpretação literal e o uso de linguagens figuradas com fins ilustrativos. O intérprete ortodoxo utiliza figuras de linguagem em sua interpretação literal, isto é muito diferente de interpretação figurada. O que os reformadores rejeitaram com veemência foi o uso da interpretação alegórica que busca na Escritura sentidos secretos, subjetivos e místicos.

Em suma, toda interpretação honesta e ortodoxa da Escritura, parte deste pressuposto: A Bíblia é a Palavra de Deus. Portanto, inspirada, inerrante, infalível, eterna e suficiente. E, que a Bíblia interpreta a Bíblia, como os reformadores afirmaram de forma decisiva.

Método literal de interpretação é o que dá a cada palavra o sentido básico e exato que teria no uso normal, costumeiro na linguagem comum. Uma interpretação correta, que condiz com a verdade da Escritura, obrigatoriamente tem que estar em plena harmonia com o sentido único, literal contido nela mesma.

As evidências a favor do método literal de interpretação são muitas e são convincentes. Autoridades exemplares quanto ao método literal, são nada menos que os patriarcas, profetas, os reis piedosos, o Senhor Jesus Cristo, Seus apóstolos e todos os intérpretes ortodoxos em todos períodos da Igreja, inclusive nos últimos dias.

Deus concedeu sua Palavra escrita (a Bíblia) com objetivo definido: transmitir, comunicar, sua pessoa e sua doutrina. Portanto, perspicuidade e não obscuridade, é a característica real da Escritura. Esoterismo, mistério, confusão e complexidade não combinam com a interpretação verdadeira da Santa Palavra de Deus.

Sabe-se que os erros doutrinários tão comuns nestes dias, são substancialmente erros hermenêuticos, ou seja, erros de interpretação da Escritura. Em tempos de tantas falsificações e deturpações da Palavra de Deus que, inevitavelmente, resulta em erros doutrinários e teológicos, é preciso todo cuidado com interpretações apoiadas na areia movediça da subjetividade, dos conceitos e misticismos humanos e não na divina revelação Escrita, a Bíblia Sagrada.

O texto sagrado, de fato, está repleto de figuras de linguagem, que são usadas, com frequência pelos seus escritores, com a finalidade de ilustrar, adornar e elucidar o sentido literal do texto, e não como método de interpretação. Não existem conflitos entre

interpretação literal e linguagem figurada, o que não se admite é interpretação figurada ou alegórica.

A História da Interpretação

Como a disputa básica, entre o pré-milenarista e o amilenarista, a hermenêutica, precisa rever, e considerar o método literal e o alegórico e seu progresso como princípio de interpretação das Escrituras proféticas. Partindo do pressuposto de que o método literal de interpretação é o que dá a cada palavra o sentido exato que teria no uso costumeiro normal, toda autoridade recai sobre esse método. Obrigatoriamente o intérprete responsável e fiel à Escritura, assume o compromisso piedoso de dizer o que a Bíblia diz.

4.1. O Início da Interpretação

É fato aceito por quase todos os estudiosos de história da hermenêutica que a interpretação começou por ocasião do retorno de Israel do exílio babilônico, sob a liderança de Esdras (Ne 8.1-8). Primeiro, porque, por um longo tempo na história de Israel, a lei mosaica foi esquecida e negligenciada. Segundo, durante o exílio os judeus substituíram a língua nativa, o hebraico, pelo aramaico. Neste contexto histórico, diante das circunstâncias na qual se encontrava Israel, para que o povo pudesse entender a Escritura lida no original, ou seja, no hebraico, era necessário que ela fosse traduzida, interpretada para ser compreendida.

Depois de Esdras, os escribas tomavam todo o cuidado ao copiar as Escrituras. Côncios de que cada letra era parte da inspirada Palavra de Deus, portavam-se com devoção e reverência diante do texto sagrado. Infelizmente, depois de alguns tempos, os rabinos judeus desprezaram o método literal de interpretação e adotaram outros métodos suspeitos, inclusive o método alegórico. Virkler (2017, p. 36,37), argumenta:

Os rabinos pressupunham que, sendo Deus, o autor da Escritura, (1) o intérprete poderia esperar numerosos significados em determinados textos, (2) cada detalhe incidental do texto possuía significado. O rabi Akiba, no primeiro século da era cristã, finalmente entendeu que isto sustentava que toda repetição, figura de linguagem, paralelismo, sinônimo, palavra, letra e até as formas das letras tinham significados ocultos. Este “letrismo” (enfoque indevido às *letras* quais compunham as palavras da Escritura) era muitas vezes levado a tal que o significado que o autor tinha em mente era menosprezado e em seu lugar se introduzia uma especulação fantasiosa.

4.2. Esdras e a Interpretação literal

Quem pesquisa sobre a história da interpretação bíblica logo descobre que ela começa com Esdras. Quando os judeus voltaram do exílio babilônico, as Escrituras

tornaram-se ininteligíveis para eles. Esdras então teve de explicar para o povo o significado original das Escrituras, de modo tal, que eles a entendessem claramente. Dificilmente, poderiam duvidar do fato de que a interpretação de Esdras sobre o que estava escrito fosse literal. Roy B. Zuck (1994, p. 32), explica este fato da seguinte forma:

Quando os judeus retornaram do exílio na Babilônia, tudo indica que falavam aramaico, e não hebraico. Consequentemente, quando Esdras, o escriba (Ne 8.1,4,13;12.26), leu a lei (Ne 8.3), os levitas (v. 7-9) tiveram de traduzir do hebraico para o aramaico. Talvez seja este o sentido de “claramente” (v.8) o termo hebraico **paras** significa “tornar claro” ou “interpretar”, e provavelmente o sentido aqui é “traduzir”. Além disso, os levitas “expunham o significado” enquanto circulavam entre o povo, ou seja, explicavam, interpretavam a lei “de maneira que entendessem o que se lia” (v. 8).

Depois de setenta anos, período no qual, o povo de Israel estava exilado em Babilônia, esse longo tempo vivendo em terra estranha, sem o Templo, onde todo o sábado cultuavam ao único e verdadeiro Deus, participavam das festas solenes, liam as Escrituras e recebiam, dos rabinos, instruções na divina Lei, nos Salmos, nos profetas. Uma nova geração que nasceu e cresceu em Babilônia, recebera uma nova língua, outros costumes, fora influenciada por outra religião. No retorno à sua terra de origem, precisava, de fato, ser reeducada e treinada, com muitos esforços, para adaptar-se à realidade tradicional de Israel. Não se pode esquecer que a educação e disciplina fundamental, ética, moral, política e religiosa do povo judeu, tinha, como base única, a Palavra de Deus.

4.3. A Interpretação Judaica do Antigo Testamento

A história comprova, com segurança, que o caso mais antigo de interpretação bíblica é: a interpretação das Escrituras pelas Escrituras. O que os reformadores, mais tarde, chamam de *analogia scripturae* (analogia das Escrituras). A segurança deste método consiste no fato de que o sentido do Texto Sagrado não está condicionado à tradição religiosa, concílio eclesiástico, encíclica papal, argumento filosófico, nem à intuição espiritual, mas unicamente à própria Escritura. Lopes (2007, p. 35) esclarece:

Os homens que escreveram o Antigo Testamento, particularmente os que vieram após Moisés, utilizaram as Escrituras já produzidas antes de seu tempo. Ao fazerem isto, nos legaram os primeiros exemplos de interpretação bíblica que temos. Mas recentemente, os estudiosos têm dado atenção a este fato. Seria de esperar que os livros posteriores fizessem uso dos anteriores. Esse fenômeno é chamado em linguística de *intertextualidade*, e compreende as diversas maneiras pelas quais a produção e recepção de dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte de seu autor ou autores.

A interpretação literal foi característica marcante da interpretação do Antigo Testamento. Jerônimo, ao rejeitar o método estritamente literal de interpretação, “chama a interpretação literal de judaica”. No decorrer dos séculos, desde que Deus revelou as

Escrituras, tem havido diversos métodos de estudar e interpretar a Palavra de Deus. Virkler (2017, p. 35) afirma:

Os intérpretes mais ortodoxos têm encarecido a importância de uma interpretação literal, pretendendo com isso interpretar a Palavra de Deus da maneira como se interpreta a comunicação humana normal. Outros têm empregado um método alegórico, e ainda outros têm examinado letras e palavras tomadas individualmente como possuindo significado secreto que precisa ser decifrada.

Uma interpretação, fundamentada em pressuposto místico, esotérico e alegórico, não corresponde ao esforço sincero para encontrar o verdadeiro sentido da Escritura Sagrada. O verdadeiro sentido da Bíblia está nela mesma. Por isso, existe a necessidade de interpretá-la corretamente, que só é possível por meio do método literal, ou seja, o método histórico-gramatical.

4.4. Os Rabinos e a Interpretação literal

O método de interpretação empregado pelos rabinos judeus era literal e não alegórico. De forma tal que, em seu literalismo extremo, esvaziavam a lei de todos os seus requisitos espirituais. Embora o seu extremo levasse a conclusões falsas, isto não era devido ao método literal por eles usado, mas da aplicação errada do método, pela exclusão de qualquer outro elemento que não fosse a letra nua do que estava escrito. Briggs *apud* Pentecost (1998, p. 45) esclarece da seguinte forma:

Algumas das regras são excelentes e, tendo em vista a lógica prática da época, não podem ser questionadas. O defeito da exegese rabínica não estava tanto nas regras quanto em sua aplicação, embora não seja difícil descobrir falácias tácitas naquelas e embora não ofereçam proteção suficiente contra deslizes de argumento.

Pode-se concluir, portanto, que a despeito de todas as falácias do rabinismo judaico, os judeus seguiam um método literal de interpretação. Este método perpetuou-se até os dias do ministério terreno do Senhor, continuou com os apóstolos, a Igreja Primitiva na liderança dos Pais da igreja e ainda é adotado pelos intérpretes ortodoxos.

4.5. Cristo e a Interpretação literal

No tempo de Cristo, o método dominante de interpretação, utilizado pelos judeus era, certamente, o método literal. E o Senhor, por sua vez, o sancionou, ao fazer uso dele quando interpretava as Escrituras Sagradas. Esta é a razão maior do porquê, os intérpretes ortodoxos derem preferência irrestrita ao método literal de interpretação. Virkler (2017, p. 39,40) conclui que é possível extrair diversas conclusões ao avaliar como Jesus utilizava as Escrituras:

1. A forma como Ele tratava as narrativas, como registros fiéis dos fatos. Exemplo: Se referia a Abel, Noé, Abraão, Isaque, Jacó e Davi como pessoas reais, participantes ativos de eventos históricos.
2. Quando fazia uso de um fato registrado nas Escrituras, extraía do significado normal, comum e literal. Diferentemente, do sentido alegórico. Jamais, dividiu a verdade escriturística em níveis diferentes, Níveis mais superficiais e níveis mais profundos, com atribuições místicas. Deste modo, não somente usou, mas sancionou, o que é denominado de método histórico-gramatical.
3. Denunciou o modo como os dirigentes religiosos haviam desenvolvido métodos casuísticos, que punham à parte a própria Palavra de Deus. Os líderes religiosos, além de não fazerem a interpretação correta da Escritura, a substituía pelas suas tradições (Mt 15.1-9; Mc 7.6-13).
4. Os escribas e fariseus fizeram várias acusações a Cristo, mas, nunca O acusaram de fazer uso antinatural ou ilegítimo da Santa Escritura. Mesmo quando eram refutados por seus acréscimos e suas interpretações errôneas. Talvez, por receio da multidão, que ficava maravilhada, diante da exposição das Escrituras, em função dos discursos do Mestre dos mestres, Jesus. Ou, porque, Ele ensinava como quem tendo autoridade, e não como os escribas (Mt 7.28,29).

Diferente dos teólogos liberais, Jesus não considerava a Escritura como um mito ou uma alegoria. Mas compreendia e mencionava suas histórias como fatos e seus personagens como pessoas reais que existiram no tempo e no espaço. Em suma, Jesus interpretou as Escrituras literalmente. Não fantasiou, não mistificou, nem alegorizou o Texto Sagrado. Isto significa que Ele não só sancionou e credenciou a interpretação literal, mas também reprovou outros princípios de interpretação suspeitos, já existentes naqueles dias.

4.6. Os Apóstolos e a Interpretação literal

Os apóstolos também adotaram o método literal de interpretação. Logicamente, não podiam ser diferentes do Divino Mestre, era de se esperar que eles, sem dúvida alguma, seguissem à risca o modelo de interpretação praticado por seu Senhor. Farrar *apud* Pentecost (1998, p. 48) afirma o seguinte:

A melhor teoria judaica, purificada no cristianismo, toma literalmente os ensinamentos da velha dispensação, mas vê neles, como Paulo, a sombra e o germe de desenvolvimentos futuros. A alegoria, embora usada uma vez por Paulo a título de ilustração passageira, é desconhecida de outros apóstolos e jamais sancionada por Cristo.

A vida e o vigor espiritual dos apóstolos e escritores do Novo Testamento consistiam na convicção inabalável de que a Bíblia é a Palavra de Deus. É claro que a Bíblia, a qual eles tinham tanta estima e devoção era o Antigo Testamento. O Novo Testamento estava em fase de formação e eles mesmos faziam parte deste processo. O apóstolo Paulo escreveu o versículo de maior defesa à Escritura como sendo inspirada por Deus: “Toda a Escritura é divinamente inspirada, e proveitosa para ensinar, para redarguir, para corrigir, para instruir em justiça; para que todo homem seja perfeito, e perfeitamente instruído para toda boa obra” (ITm 3.16-17).

Em suma, interpretar a Bíblia corretamente é dizer o que ela diz verdadeiramente. Por isso o intérprete responsável e fiel assume o compromisso piedoso de dizer, só o que a Bíblia diz, sem fantasias nem subterfúgios.

Há uma concordância quase que unânime entre os historiadores de hermenêutica, de que a interpretação das Escrituras teve seu começo com Esdras no período pós-exílio, quando houve a necessidade de explicar as Escrituras para os judeus recém-chegados de Babilônia que falavam o aramaico e não mais o hebraico, a língua original dos judeus.

Depois de Esdras, e os escribas tomavam todo cuidado ao copiar as Escrituras, para não cometer erros ou deturpar, o sentido original do texto sagrado. Portanto, reescreviam com devoção, reverência e escrúpulo, com a finalidade, de que o sentido literal próprio do autor, não fosse confundido e alterado.

A história comprova que o caso mais antigo de interpretação, é a *interpretação das Escrituras pelas Escrituras*. É denominado pelos os reformadores de *analogia scripturae* (analogia das Escrituras). Este foi o método usado pelos intérpretes no Antigo Testamento.

O método de interpretação usado pelos rabinos judeus foi o método literal. O problema interpretativo dos rabinos consistia em seu literalismo extremo que esvaziava a Lei de todos os seus requisitos espirituais. Apesar de seus muitos enganos doutrinários ou de suas falácias, utilizavam o método literal de interpretação.

Os erros grosseiros dos mestres judeus, inclusive refutados por Nosso Senhor, não estavam no método de interpretação por eles usado. Mas em usá-lo de forma errada. Isto significa que não basta ter o método correto, é necessário também utilizá-lo de forma correta.

Nosso Senhor não somente utilizou o método literal de interpretação, mas o sancionou ao fazer uso dele quando interpretava a Escritura Sagrada. Diferente dos teólogos liberais e modernistas, Jesus não considerava a Escritura como um mito ou uma

alegoria, mas falava de suas histórias, como fatos e de seus personagens como pessoas reais.

4. O Surgimento da alegoria

Os escritores cristãos do primeiro século enfrentaram grandes e sérias dificuldades. Eles não possuíam um Cânon, claramente definido, seja do Antigo Testamento, ou seja, do Novo Testamento. Dependiam, portanto, de uma tradução deficiente das Escrituras, e conheciam apenas as regras de interpretação impostas pelas preferências rabínicas e, assim tiveram de libertar-se da aplicação errônea, do princípio literal de interpretação feito pelos os rabinos. Além disso, estavam cercados pelo paganismo, pelo judaísmo e por heresias de toda sorte.

Do meio desse labirinto surgiram três escolas exegéticas no decurso do período da patrística. Farrar *apud* Pentecost (1998, p. 49) explica nestes termos: Os pais do terceiro século em diante podem ser divididos em três escolas exegéticas. A escola *literal* e *realística*, cujo representante foi Tertuliano de Cartago; a escola *alegórica*, essa, teve Orígenes de Alexandria como seu expoente máximo e, por último, a escola *histórico-gramatical*, que surgiu na cidade de Antioquia da Síria, da qual Teodoro de Mopsuéstia foi o líder principal.

O método alegórico faz a aproximação dos textos bíblicos por analogia figurada, mostrando que o sentido literal da própria palavra é insuficiente para revelar o significado da verdade dos mistérios cristãos. Assim, por intermédio de alegorias, que são metáforas, símbolos e mitos, acreditam expressar de forma mais profunda a essência da doutrina.

A Escola de Alexandria foi, sem dúvida, a maior representante da interpretação alegórica das Escrituras do Antigo Testamento. Seu sistema interpretativo teve influência direta da filosofia grega, principalmente de dois filósofos muito importantes. O primeiro foi Heráclito (Éfeso, 540 a. C.? – 475 a. C.?). Ele criou o conceito de “*huponóia*”, que significa um sentido mais profundo. Para ele, o verdadeiro sentido do texto estava além das palavras. O segundo foi Platão, ele formou um conceito de que o mundo em que vivemos, é apenas uma representação do que existe no mundo perfeito das realidades imateriais, o “*mundo das ideias*”.

A alegorização, usada como método de interpretação, começou e se desenvolveu em Alexandria, no Egito. Dois nomes de destaque podem ser apresentados como os precursores da alegorização, **Aristóbulo**, que viveu por volta 160 a. C. e **Filo** (c. 20 a. C.-

c. 54 d. C.) Ambos acreditavam que a filosofia grega estava baseada no Antigo Testamento e que aqueles ensinamentos só podiam ser desenvolvidos mediante alegorização.

Alegorizar é procurar um sentido esotérico, oculto, obscuro, místico que está por detrás do significado literal e evidente do texto. Este método não tem base nas Escrituras, porque segundo os estudiosos ortodoxos, ele nunca foi adotado pelos patriarcas, pelos profetas, nem por Nosso Senhor e seus apóstolos. Pentecost (1998, p.52), alega categoricamente: “O método alegórico não nasceu do estudo das Escrituras, mas de um desejo de unir a filosofia grega à Palavra de Deus. Não surgiu de um desejo de apresentar as verdades da Palavra, mas da determinação de pervertê-las. Não foi filho da ortodoxia, mas da heterodoxia”.

5.1. Os Pais Alexandrinos

Foi em Alexandria que o método alegórico encontrou um campo fértil para seu desenvolvimento. Duas escolas teológicas surgiram cerca de 200 d.C: A escola de Antioquia na Síria e a escola de Alexandria no Egito. Os mestres da escola de Alexandria, conhecidos como os pais alexandrinos, primaram pelo método alegórico de interpretação, o qual abriu espaço para toda sorte de erros na interpretação das Escrituras. Roy B. Zuck (1994, p. 41,42), apresenta, cronologicamente, os principais protagonistas da escola de Alexandria:

Panteno, falecido por volta de 190 d. C., é o mais antigo mestre da escola catequética de Alexandria, no Egito, de que se tem notícia.

Clemente (c. 155-216) morador de Alexandria, tendo sido influenciado pelo alegorista judeu Filo, ensinava que todas as Escrituras utilizam uma linguagem simbólica misteriosa. E que qualquer passagem da Bíblia pode ter até cinco significados: 1) o histórico, 2) o doutrinário, 3) o profético, 4) o filosófico, 5) e o místico.

Orígenes, (c.185-254) era homem muito culto e de grande magnetismo. Adorador das Escrituras elaborou os *hexapla* – obra em que o texto hebraico e mais cinco versões gregas do Antigo Testamento ficavam dispostos em seis colunas paralelas. Ele via um sentido triplo nos textos bíblicos: literal, moral e espiritual.

É impossível deixar de mencionar Agostinho de Hipona, que viveu de 354-430 d. C. O maior erudito do seu tempo, como diz Virkler (2017, p. 45), “Em termos de originalidade e gênio, Agostinho foi de longe o maior homem de sua época”. Influenciado por Orígenes, fez uso do método alegórico para interpretar as Escrituras e foi o principal responsável pelo eclesiasticismo atuante em todo Idade Média. Farrar *apud* Pentecost (1998, p. 51) explica que:

A exegese de Agostinho, é marcada pelos mais gritantes defeitos. Agostinho partia do pressuposto que a Bíblia precisava ser interpretada tendo em vista a ortodoxia eclesiástica. Com base na exegese filônica e rabínica, qualquer coisa

nas Escrituras, que parecesse heterodoxa ou imoral, era necessário, ser interpretada misticamente.

Admitiu, expressamente, que havia muitas passagens objetáveis escritas pelo Espírito Santo quando interpretadas em seu sentido claro. Quiçá tenha sido este o motivo pelo qual adotava o sentido quádruplo da Escritura. O sentido literal, o tropológico, o alegórico e o analógico. Os críticos de Agostinho salientam que, assim como Gerônimo, Agostinho, rejeitou o método alegórico na teoria, mas continuou, a usá-lo na prática.

5.2. Os Pais Antioquinos

Mesmo que Agostinho tenha sido bem-sucedido em injetar novo método de interpretação na corrente sanguínea da igreja, inspirado em Orígenes, havia quem naquela época conservasse o método literal como princípio. Na escola de Antioquia havia homens que não seguiam o método alegórico introduzido pela escola de Alexandria. Estes mestres defensores do método literal de interpretação são conhecidos como **os pais Antioquinos**. Farrar *apud* Pentecost (1998, p. 43) informa que a escola de Antioquia, indubitavelmente, tinha percepção mais profunda, do verdadeiro método exegético, do que qualquer escola que a precedeu ou sucedeu em mil anos. Não é sem sentido, que seu sistema de interpretação bíblico, aproxima-se mais do que qualquer outro, que agora é adotado pelas igrejas reformadas em todo mundo. Se o método antioquino, e seus representantes, não tivessem sido duramente rejeitados, pelo sistema eclesiástico (Católico Romano), durante o período da Idade Média, muitos erros teológicos e desvios doutrinários teriam sido evitados.

Deodoro de Tarso, é reconhecidamente, o verdadeiro fundador da escola de Antioquia. Este gigante do saber e indiscutível consagração, foi professor de João Crisóstomo e de Teodoro Mopsuéstia que, por sua vez, foram calorosos continuadores e defensores do método de interpretação literal da Escrituras. As obras literárias de Deodoro de Tarso foram dedicadas à exposição literal das Escrituras. Também escreveu um tratado sobre a diferença, entre alegoria e introversão espiritual. Este tratado, infelizmente, fora perdido e, sem dúvida, faz falta para os intérpretes contemporâneos.

No entanto, o mais capaz, o mais decidido, e o mais lógico representante da escola de Antioquia, foi Teodoro de Mopsuéstia (morto em 428 d. C.). Esse original e claro pensador destacou-se como uma rocha no pântano da exegese antiga. Ele não era um eco, mas uma voz entre milhares de ruídos dissonantes, no campo da interpretação bíblica.

Ele rejeitou as teorias de Orígenes, mas aprendeu, deste, a importância indispensável da atenção aos pormenores linguísticos. Ele é reconhecido pela sua constância em estudar cada passagem da Escritura, como um todo e como um amontoado de textos desconexo. Levando em conta, cada pensamento, cada palavra e examinando as construções fraseológicas. Assim, podia alcançar uma exegese brilhante e, sobretudo, fiel a Santas Escrituras.

A história da hermenêutica seria, inevitavelmente, diferente, como diz Pentecost (1998, p. 53): “se o método literal de interpretação da escola de Antioquia tivesse prevalecido. Mas infelizmente o que prevaleceu para enorme prejuízo da doutrina cristã, foi o eclesiasticismo da igreja oficial que dependia do método alegórico para manter sua posição, e a posição da escola de Antioquia foi condenada como herética”.

Em suma, a igreja contemporânea não enfrenta as mesmas dificuldades que os cristãos do primeiro século enfrentavam. Primeiro, eles não tinham o cânon completo e definido das Escrituras. Segundo, dependiam de traduções fracas e deficientes que mais prejudicavam do que ajudavam na compreensão dos textos sagrados. Terceiro, estavam cercados e, muitas vezes, influenciados pelo judaísmo, pelo paganismo e pelas heresias já existentes.

No terceiro século, já existiam três escolas exegéticas: (1) *A escola literal e realista*, representada por Tertuliano de Cartago (160-220 d. c.). (2) *A escola alegórica*, da qual Orígenes de Alexandria (185-254 d. C.), é o maior expoente. (3) *A escola histórica e gramatical*, que surgiu na cidade de Antioquia. Teodoro de Mopsuéstia (350-428 d. C.) foi o seu principal líder.

O método alegórico de interpretação não permite uma interpretação correta e precisa das Escrituras, porque faz a aproximação dos textos bíblicos por analogia (comparação) figurada. E parte do pressuposto que o sentido literal da própria Palavra é insuficiente para revelar o significado da verdade dos mistérios cristãos.

A maior representante da interpretação alegórica do Antigo Testamento, foi sem dúvida, a escola teológica de Alexandria. Esta escola teve influência direta da filosofia grega. Com base em Heráclito de Éfeso (C. 540-475 a. C.) que criou o conceito do sentido mais profundo (huponóia), e com base em Platão (C. 427-347 a. C.), “o mundo das ideias”, a escola de Alexandria começou ensinar que o verdadeiro sentido do texto, estava além das palavras.

Não bastasse a ideia de que o sentido do texto está além das palavras, as correntes de interpretações alegóricas ensinam que um texto das Escrituras pode conter múltiplos sentidos. Clemente de Alexandria, por exemplo, identificava cinco sentidos para cada texto das Escrituras: 1) Histórico, 2) doutrinário, 3) profético, 4) filosófico, 5) místico.

Orígenes de Alexandria, por sua vez, distinguia três níveis de sentidos para cada um dos textos das Escrituras: 1) O sentido literal, ao nível do corpo. 2) O sentido moral, ao nível da alma. 3) O sentido alegórico, ao nível do espírito.

5. Idade Média

A Idade Média, conhecida como o segundo período na história da Igreja, que vai do século V ao século XV, também é chamada de Idade das Trevas. Neste período, infelizmente, não houve nenhum avanço no que diz respeito à interpretação ortodoxa bíblica. O método literal foi desprezado e a interpretação das Escrituras ficou amordaçada pela tradição eclesiástica e o que predominou foi o método alegórico de interpretação.

Isso, conseqüentemente, abriu precedentes, sem limites, para o eclesiasticismo papal, o misticismo religioso e toda sorte de heresias no seio da igreja. Lopes (2005, p, 41) explica que, no período da Idade Média, heresias gritantes foram introduzidas entre a comunidade cristã como, por exemplo: orações pelos os mortos; o sinal da cruz; uso de velas; cultos aos anjos e santos; imagens de esculturas como objetos de culto; a missa como sacrifício cruento de Cristo; exaltação a Maria como mãe de Deus, imaculada, intercessora, mediadora, corredentora, rainha do céu; a extrema unção; o purgatório; a adoração da cruz, de imagem e relíquias; a água benta; a canonização dos santos mortos; o celibato; o rosário; a inquisição; a venda de indulgências; a transubstanciação; a confissão auricular; a adoração da hóstia; a proibição da Bíblia aos leigos; a proibição do cálice ao povo na comunhão; a doutrina dos sacramentos etc.

Um olhar mais atento para o passado possibilitam rastros que deixaram, na História da Igreja, marcas nada aconselháveis, as quais serviram de exemplos no que diz respeito à interpretação das Escrituras. Deus sempre se revelou por meio de testemunhas fieis. No decorrer de toda História, mesmo na Idade Média, encontramos pessoas como: Hugo Ricardo e André de São Vitor, ambos, da Escola Victorina em Paris, século VII; Nicolau de Lyra morto em 1349; John Wycliffe, 1330-1384, que fizeram diferença embora fossem uma exceção..

6.1. A Idade Média e a Interpretação da Bíblia

Quando a Igreja não dispõe de um método correto de interpretação não tem como evitar erros grosseiros e não se desviar da sã doutrina. As Escrituras, como disse William Tyndale, tem apenas um sentido, que é o sentido literal. A Confissão de Fé de Westminster, aprovada na Inglaterra em 1647 e na Escócia em 1649, apresenta a seguinte postura:

A regra infalível de interpretação bíblica está nas próprias Escrituras; portanto, quando houver dúvida sobre o significado verdadeiro e completo de qualquer passagem (que é apenas um) deve ser pesquisado e conhecido em outros trechos que sejam mais claros.

Berkhof (2008, p.22) traz esclarecimentos a respeito dos princípios de interpretação bíblica na Idade Média, dizendo que “neste período, o quádruplo sentido das Escrituras: literal, tropológico, alegórico e o analógico, eram geralmente aceitos, e tornou-se princípio estabelecido e que a interpretação da Bíblia tinha que adaptar-se à tradição e a doutrina da igreja.”

Agostinho lançou a semente do eclesiasticismo, no IV século, e esta germinou, cresceu e deu frutos especialmente no transcurso da Idade Média. Agostinho é, sem dúvida, um clássico reconhecido como um dos maiores personagens da história do Cristianismo. Mas, segundo os estudiosos, não foi muito consistente na aplicação dos seus princípios hermenêuticos. Neste campo, foi mais teórico do que prático. Como observou Paulo Anglada (2005, p. 63): “De fato sua distinção, dos quatro sentidos das Escrituras, foi tão influente que prevaleceu por toda a Idade Média”.

6.2. Protagonistas da interpretação bíblica na Idade Média

Sabe-se que o método alegórico de interpretação foi predominante no período da Idade Média. Mas isto não quer dizer que não houve os que utilizaram e defenderam o método literal. Roy B. Zuck (1994 p. 48-51) apresenta uma lista dos principais líderes eclesiásticos, escritores e suas respectivas obras e preferências quanto ao método de interpretação. Começando com Gregório, o Grande, em meados do século VI e, finalizando com John Wycliffe, no século XIV, da Era Cristã:

1. **Gregório, o Grande (540-604).** O início da Idade Média é normalmente associado a Gregório Magno. Ele foi o primeiro papa da Igreja Católica Romana. Fundamentava suas interpretações da Bíblia nos Pais da Igreja. Não é de surpreender que tenha defendido a alegorização nos seguintes termos: “Que são as palavras da verdade se não fizermos delas alimento para a alma? A alegoria equipa

a alma que está longe de Deus, alçando-a até Ele. Disse isto, enquanto alegorizava Cantares. No livro de Jó, expôs o seguinte: os três amigos são os hereges; os sete filhos, os doze apóstolos; as sete mil ovelhas, os pensamentos inocentes; os três mil camelos, as concepções vãs; as quinhentas juntas de bois, as virtudes e os quinhentos jumentos, as tendências lascivas.

2. **Beda o Venerável (673-734).** Beda foi um teólogo anglo-saxão. Escreveu comentários que, em grande parte, eram compilações dos trabalhos de Ambrósio, Basílio e Agostinho. Interpretava as Escrituras utilizando o método alegórico. Na parábola do filho pródigo, explica: o filho representava a filosofia do mundo. O pai simbolizava Cristo e a casa do pai era a Igreja.
3. **Alcuíno (735-804).** Alcuíno de Iorque, na Inglaterra, também adotou o sistema alegórico. Como fez Beda, reuniu comentários de Agostinho e Ambrósio, entre outros.
4. **Rabano Mauro (780-856).** Foi aluno de Alcuíno e redigiu comentários sobre todos os livros da Bíblia. Valendo-se da alegorização, escreveu que as quatro rodas da visão de Ezequiel representavam a lei, os profetas, os evangelhos e os apóstolos. O significado histórico da Bíblia é leite; o alegórico, pão, o anagógico, alimento saboroso e o tropológico, vinho que alegra.
5. **Bernardo de Claraval (1090-1153).** Notável monge francês, autor de várias obras, dentre elas, os famosos 86 sermões sobre os dois primeiros capítulos de Cantares de Salomão. Sua linha de interpretação se caracterizou por ser, exageradamente, alegórica e mística.
6. **Tomás de Aquino (1225-1274).** Foi o mais famoso teólogo da Igreja Católica Romana da Idade Média. Assegurava, que o sentido literal das Escrituras era fundamental e que outros sentidos se apoiavam sobre este. Mesmo considerando os sentidos: histórico, alegórico, tropológico e anagógico. Estes, porém, se apoiam no sentido literal.
7. **Nicolau de Lira (1279-1349).** Foi personagem de destaque na Idade Média, uma espécie de elo, entre os tempos escuros desta era, e o raiar da luz da Reforma Protestante. Em seus comentários do Antigo Testamento, rejeitou a Vulgata e retornou para o hebraico. Apesar de admitir o sentido quádruplo das Escrituras, que era comum na Idade Média, mesmo assim, lhe atribuiu pouca importância, enfatizando, então, o sentido literal. Posteriormente, Lutero sofreu forte influência de Nicolau de Lira.

8. John Wycliffe (1330-1384). Apelidado de estrela-d'alva da Reforma. Foi teólogo e pré-reformador, frisava fortemente a legitimidade das Escrituras, como fonte de doutrina e vida cristã. Refutou, impetuosamente, a posição tradicional da Igreja Católica Romana e propôs várias regras de interpretação bíblicas: a) consiga um texto confiável; b) entenda a lógica das Escrituras; c) compare os trechos da Bíblia entre si; d) mantenha uma atitude humilde, de busca, para que o Espírito Santo, possa ensiná-lo a verdade das Sagradas Escrituras. Também salientou, a interpretação gramatical e histórica das Escrituras, afirmando: “tudo que é necessário na Bíblia, está contido em seus devidos sentidos, literal e histórico.”

Em suma, a Idade Média (c. 590-1500), é o milênio, que se situa entre o período posterior à Igreja Primitiva e o marco histórico da Reforma Protestante. Este longo espaço de tempo, teve o declínio espiritual como característica e, para prejuízo doutrinário, não houve avanço na interpretação ortodoxa. O método literal foi desprezado e a interpretação das Escrituras ficou amordaçada pela tradição eclesiástica. O que predominou foi o método alegórico de interpretação.

No extenso período da Idade Média, os intérpretes formulavam múltiplos sentidos em vez de buscar o verdadeiro sentido das Escrituras: que é único. Até porque o sentido quádruplo, literal, tropológico, alegórico e analógico eram predominantes. Só a partir dos reformadores, como William Tyndale, que afirmava: “as Escrituras têm apenas um sentido, que é o sentido literal”, estas concepções começaram a mudar. Com a Pré-reforma, o método alegórico começou a ser questionado e na Reforma foi sumariamente rejeitado, enquanto o método literal foi acolhido e utilizado.

Sabemos que o método alegórico de interpretação foi, de fato, predominante em todo período da obscura Idade Média. Mas, isto, não significa que não houve intérpretes que utilizaram e defenderam, energicamente, o método histórico-gramatical neste período. Tomás de Aquino (1225-1274), o maior teólogo da Idade Média, já adotava o sentido claro, simples e literal da Escritura. Seguido por Nicolau de Lira (1279-1340) e John Wycliffe (1330-1384) que afirmou: “Tudo o que é necessário na Bíblia, está contido em seus devidos sentidos literal e histórico.”

6. A Interpretação Bíblica no Período da Reforma

A interpretação bíblica sofreu extremo atraso e ficou, em espessa obscuridade, durante o período da Idade Média. Somente, com o surgimento da Reforma Protestante, verifica-se traços nítidos de exegese bíblicamente correta. Toda a ação da Reforma

Protestante pode ser considerada como o resultado de um retorno ao método literal de interpretação da Escritura. Este trabalho começou com uma série de precursores, cuja influência, conduziu outros de volta ao método original de interpretação, ou seja, ao método histórico-literário.

7.1. Hermenêutica dos Reformadores

A Reforma Protestante, não somente se destaca pelas questões teológicas e eclesiais, como também, no que se refere à hermenêutica bíblica. Tanto os pré-reformadores, como os reformadores, dispensaram os princípios hermenêuticos, e as práticas exegéticas medievais, fundamentados no método de interpretação alegórica, uma herança antiga, da escola teológica de Alexandria, no Egito. Eles adotaram o método histórico-gramatical, herdado da antiga Escola Teológica de Antioquia, na Síria. Bray (2017 p. 155, 170) alista vários nomes como:

- 1. Lorenzo de Valla.** Pioneiro do novo Humanismo, logo se opôs às exigências temporais do papado. Ele foi um dos principais vínculos entre o Renascimento e a Reforma Protestante, e, cônego, da igreja de São João Laterano. Foi aluno do reavivamento dos estudos clássicos que afirmavam: as Escrituras devem ser interpretadas conforme as leis da gramática e da linguagem. Abordava as Escrituras, buscando uma base mais antiga que a Vulgata Latina. Em vez dela, se propunha ir aos originais sagrados. Não poderia ser diferente, foi visto pelo papa como algo abusivo.
- 2. John Wycliffe (1330-1384).** É considerado um forte defensor do princípio de que somente as Escrituras eram suficientes para a interpretação. E, quem ultrapassa o seu significado claro, está desviando o povo de Deus. Wycliffe exigia um estudo intelectualmente rigoroso da Bíblia, mas que fosse, ao mesmo tempo, acessível ao público. Foi um intenso, defensor do método literal e de uma interpretação isenta de tendências alegóricas.
- 3. Desidério Erasmo de Roterdã (1466-1536).** É o mais conhecido dentre os humanistas, o maior erudito do seu tempo. Além de renovar completamente o estudo clássico, foi o primeiro, expositor sistemático, de crítica textual. Sua edição do Novo Testamento grego, causou agitação nas vésperas da Reforma Protestante. Lutero, de imediato utilizou essa versão, que questionava a Vulgata em vários pontos. Ainda, que Erasmo não tenha se posicionado, a favor da Reforma, e se

opondo a Lutero na questão do livre-arbítrio, mesmo assim suas obras, e, em especial, sua dedicação à crítica textual, prestaram grande serviço no campo da Reforma.

7.2. Lutero o maior personagem da Reforma Protestante

Lutero (1483-1546) é, sem dúvida, o mais conhecido de todos os reformadores. Como Paulo Anglada (2006, p. 80) salientou: “Lutero se notabilizou por seu discernimento, preparo, capacidade, fidelidade e coragem”. Em sua teologia, Lutero, deu ênfase, à obra sacrificial e salvífica, de nosso Senhor na cruz do calvário, em detrimento da pobre e insignificante obra humana, que não passa de trapo de imundície. Virkler (2017 p. 48), esclarece o seguinte:

Lutero sustentava, também, que a igreja não deveria determinar o que as Escrituras ensinam; pelo contrário, as Escrituras é que deveriam determinar o que a igreja ensina. Rejeitou o método alegórico de interpretação da Escritura, chamando-o de “sujeira”, “escória”, e “um monte de trapos obsoletos”. De acordo com Lutero, uma interpretação adequada da Escritura deve proceder de uma compreensão literal do texto. Ele acreditava, também, que a Bíblia é um livro claro (a perspicuidade da Escritura), contrariamente ao dogma católico romano de que as Escrituras são tão obscuras que somente a igreja pode revelar seu verdadeiro significado.

De acordo com Bray (2017, p. 171,172), a pessoa de Martinha Lutero, foi tão relevante em sua época, que a Reforma Protestante, está indelevelmente, associada ao seu nome. Um dos destaques em seus empreendimentos literários, que muito influenciou a Reforma, foi a tradução da Bíblia para a língua alemã, iniciada no ano 1524, e continua sendo a tradução mais usada na Alemanha. Lutero foi um escritor prolixo, em seus comentários sobre o Antigo Testamento, embora, fosse professor do Novo, somente o comentário de Gênesis, rendeu oito volumes.

Convicto de que, no sentido literal das Escrituras, fundamentava-se a verdadeira doutrina, combater a interpretação alegórica, referente ao Antigo Testamento, sem perder seu significado cristológico, foi um dos grandes esforços de Lutero, em especial. Assim como o foi também, dos outros reformadores em geral.

7.3. João Calvino o maior teólogo da Reforma Protestante

João Calvino foi o maior teólogo e expositor da doutrina reformada. Tanto Lutero, quanto Calvino, rejeitaram com veemência, a interpretação alegórica praticada na Igreja Medieval e adotaram o método literal. Lopes (2008, p. 50), salienta que Calvino alertava seus ouvintes para não usar alegorias fantasiosas: “as Escrituras não precisam conformar-se à pregação, a pregação é que deve conformar-se às Escrituras”. No prefácio de sua obra,

Comentário da Carta aos Romanos, Calvino (2014, posição, 211), diz: “A primeira ocupação de um intérprete é permitir que seu autor diga o que ele quer dizer, em vez de atribuir ao autor o que pensa que deve dizer”. Bray, argumenta: João Calvino, foi criador da exegese histórico-gramatical. A priori, tanto defendeu, como praticou o salutar princípio hermenêutico afirmando que os autores bíblicos, como todos que prezam a sensatez em seus escritos, desejam transmitir, ao seu público, um pensamento claro em palavras que os seus leitores fossem capazes de compreender. Uma passagem bíblica, dizia ele: pode ter sentido literal ou figurado; não pode, no entanto, ter dois sentidos ao mesmo tempo.

O grande sucesso da Reforma Protestante, portanto, se deve ao fato, de que, seus protorreformadores, a começar com John Wycliffe tiveram a preocupação de usarem o método de interpretação correto.

Em suma, o eficaz resultado e progresso da Reforma Protestante, se deve ao retorno do método literal de interpretação da Escritura. Depois de perceber o atraso e deficiência, na interpretação bíblica, que causou tantos desvios doutrinários e prejuízos para a igreja do Senhor, durante o período da Idade Média, os pré-reformadores e reformadores, tomaram a sábia iniciativa, de rejeitar o método alegórico e adotar o método literal de interpretação. Refutaram toda ideia de que, cada texto da Escritura contém múltiplos sentidos, e se dedicaram na busca do único e verdadeira sentido de cada palavra inspirada e revelada pelo Espírito Santo de Deus.

Os reformadores livraram-se do círculo vicioso da tradição católica romana, da influência intelectual e estéril, da Escolástica, voltaram-se para o próprio texto da Escritura, suplicado a iluminação do Espírito Santo, consciente de que o melhor interprete da Escritura, é a própria Escritura.

Lutero estava certo ao afirmar que não é a igreja quem determina o que a Bíblia deve ensinar. Pelo contrário é a Bíblia quem determina o que a igreja deve ensinar. A Escritura, não a igreja, é a autoridade absoluta em matéria doutrinária. Além de falar da perspicuidade da Escritura, também defendeu que uma interpretação bíblica adequada procede de uma compreensão literal do texto.

João Calvino, além de rejeitar o método alegórico de interpretação, foi o criador da exegese histórico-gramatical. Alertava os crentes da seguinte forma: “Não usem alegorias fantasiosas. As Escrituras não precisam conformar-se à pregação, a pregação é que deve conformar-se às Escrituras”.

7. O período pós-Reforma

O período que prossegue após a Reforma, situado entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII, foi marcado pela presença de homens, que seguiram de perto os exemplos cativantes, dos próprios reformadores no que diz respeito à aplicação do método literal de interpretação.

8.1. O pós-Reforma e os defensores da ortodoxia protestante

Autores como Frederick Farrar e outros, principalmente teólogos modernos, acusam os teólogos pós-reforma, de ter desenvolvido uma teologia: aristotélica, racionalista, especulativa e árida. Mas, em contrapartida, outros estudiosos, classificam os teólogos pós-modernos, de defensores da ortodoxia protestante. Bray (2017 p. 184-189), apresenta uma lista destes fiéis e implacáveis continuadores, da Reforma Protestante. Vejamos alguns como:

1. **Matias Flácio (1520-1575)**. Luterano, professor de hebraico em Wittenberg, cuja obra principal, foi uma chave hermenêutica. Afirmou que um exegeta, necessariamente, precisa analisar cada passagem bíblica em seu contexto e indicar com precisão, qual o propósito do autor. Como Lutero, ele dava muita atenção, à perspicuidade das Escrituras.
2. **Teodoro de Beza (1519-1605)**. Beza foi o sucessor de João Calvino em Genebra, foi o principal idealizador do calvinismo sistemático, como é compreendido hoje. Ele é o único reformador que tem um manuscrito que representa o seu nome (*Codex de Bezae*). Sua tradução do Novo Testamento grego (1565-1582), influenciou, intensamente, a versão autorizada King James de 1611, digna de reconhecimento pela igreja contemporânea.
3. **João Gerhard (1582-1637)**. Ficou conhecido por sua obra *Loci theologici* (Lugares-comuns teológicos), que representa o ápice da teologia dogmática luterana. Assegurava que as Escrituras eram a base adequada para o progresso de uma ciência teológica. Fez das Escrituras a base de seu próprio sistema teológico, considerando a infalibilidade bíblica como garantia de todos os artigos de fé.
4. **Matthew Henry (1662-1714)**. Foi um ministro não conformista, um eminente pregador. Assumiu seu ministério, aos vinte e quatro anos de idade. Ficou conhecido pela sua esplendorosa obra expositiva do Antigo e Novo Testamento. Estes comentários bíblicos são clássicos atuais, assiduamente usados em suas diversas versões abreviadas. Ele se destaca também, em seus esforços, para

explicar espiritualmente, os significados de todas as passagens das Escrituras. A grandeza de seus sermões se deve aos conteúdos genuinamente bíblicos, apresentação clara, aplicação prática e centralidade de Cristo.

Roy Zuck (1994 p. 57,58), apresenta três grandes personagens, que exerceram profunda influência na sistematização do método literal, no período pós-Reforma:

1. Francisco Turretin (1623-1687). Ensinava Teologia em Genebra, seguindo o exemplo de João Calvino, dizia que as Escrituras eram a única fonte infalível e de plena confiança. Discutia pelo menos quatro aspectos fundamentais das Escrituras: 1) sua indispensabilidade, 2) autoridade, 3) perfeição, 4) clareza.

2. Jean-Alphonse Turretin (1648-1737). Ficou conhecido por enfatizar os aspectos, gramatical e histórico da exegese:

1. As Escrituras devem ser interpretadas como qualquer outro livro.
2. A pessoa que estuda, precisa estar atento às palavras e expressões nela contidas.
3. O exegeta deve ter, em mente, um propósito definido: descobrir a intenção do autor.
4. O intérprete precisa usar a luz da razão de forma natural.
5. O cenário cultural e histórico precisa ser, cuidadosamente, levado em consideração pelos intérpretes da Escrituras.

3. Johann Ernesti (1707-1781). É de modo provável, o nome mais destacado da história exegética do século XVIII. Sua obra intitulada, “Princípio de interpretação do Novo Testamento”, foi um manual de hermenêutica, utilizado por mais de cem anos. Repudiou, veementemente, a alegorização, e realçou a importância do método literal de interpretação.

8.2. Confissão de Fé de Westminster

A Confissão de fé de Westminster, aprovada pelo Parlamento Inglês, em 1647 e pelo parlamento escocês em 1649, consolidou as doutrinas que deram diretrizes firmes, à Igreja Reformada da Inglaterra. A Confissão de Westminster, assumiu uma posição consistente em relação à interpretação das Escrituras:

1. A Bíblia é inerrante, infalível, suficiente e eterna. Portanto, nossa única regra de fé e prática.

2. A regra infalível para a correta interpretação bíblica se encontra nas próprias Escrituras.
3. Quando surgir dúvida quanto ao significado verdadeiro de qualquer passagem bíblica (que é sempre único e nunca múltiplo), deve ser buscado outros trechos que sejam mais claros.

A hermenêutica pós-Reforma, é de fato, fundamentada nos mesmos pressupostos e princípios, dos reformadores clássicos. Os teólogos pós-Reforma, principalmente os puritanos, elaboradores da Confissão Westminster, se destacaram por serem zelosos e implacáveis, quanto ao método de interpretação, o que possibilitasse uma interpretação, o mais fiel possível, ao Texto Sagrado.

Em suma, atentar com fidelidade, para os princípios hermenêuticos de interpretação, estabelecidos pelos reformadores clássicos, foram os objetivos definidos pela maior parte dos líderes protestantes pós-reforma, perpetuando assim, o tão importante e necessário método-histórico-gramatical, para garantir uma interpretação digna da Santa Escritura.

Embora, os críticos, e o principal deles, Frederic Farrar, um teólogo liberal, tenha acusado os teólogos pós-reforma de elaborarem uma teologia: aristotélica, racionalista, especulativa e árida, outros estudiosos, os classificam, de defensores da ortodoxia doutrinária.

8. Considerações Gerais Sobre a Interpretação

A escolha cautelosa e correta do método de interpretação não é garantia de uma interpretação fiel às Escrituras, O rabinismo é um exemplo clássico desse fato. Ele usava o método literal de interpretação, e, no entanto, produziu várias opiniões e interpretações erradas pelo mau uso deste método. Mesmo depois que escolher o método correto, é necessário definir alguns princípios de interpretação, para que o método não seja mal aplicado e produza conclusões erradas.

9.1. A Interpretação das Palavras

As palavras formam, de fato, o meio mais eficaz de transmitir o pensamento. Toda exegese, portanto, para ser correta, precisa começar por uma interpretação das próprias palavras. Horne *apud* Pentecost (1998, p. 62.), apresenta de modo satisfatório, dez considerações importantes a esse respeito:

1. É preciso verificar o *usus loquendi*, ou a noção ligada a uma palavra falada em uma determinada língua. Como ela é falada agora e como era falada antes e, então, notar, sobretudo, qual a relação a ele vinculada.
2. O sentido convencional de uma palavra deve ser aceito e mantido, a não ser que haja motivos superiores, convincentes e muito contundentes, que obriguem o sentido convencional ser dispensado.
3. Quando ocorrer que uma palavra, no texto sagrado, tenha mais de um significado em seu uso comum, deve-se escolher a que melhor se encaixe no trecho em análise. Ou seja, aquele sentido que seja mais coerente possível, com o caráter, sentimentos e circunstâncias do autor.
4. É evidente que a tônica de certas palavras, só tem condição de ser extraída da etimologia. Mas, esta ciência não pode, em todos as hipóteses, dar absoluta garantia, quanto ao sentido correto e definido de determinadas palavras, isto, porque, o significado primário de uma palavra, às vezes, é muito diferente do significado comum.
5. É preciso considerar, com certo rigor, as diferenças, entre as palavras, que parecem ser sinônimas.
6. É necessário avaliar com bastante cuidado, os epítetos, inseridos pelos escritores no Texto Sagrado. Os epítetos, são utilizados para distinguir, um elemento de outro. Eles têm capacidade de afirmar e de explicar um devido fato.
7. No encargo de interpretar as palavras, é preciso estar atento a termos gerais. Às vezes, são usados em sua completa extensão; em outras, em sentido estrito. No entanto, é tarefa do intérprete, compreender os termos palavra e vocábulo, na sua forma extensiva e estrita.
8. No que diz respeito, a qualquer passagem específica das Escrituras, o significado mais claro, singelo, que se apresenta, imediatamente, ao leitor cauteloso, perspicaz, é, sem dúvidas, o significado de fato.
9. Proporcionar linguagem corrente, o mesmo discurso, que os escritores sagrados, comunicaram em hebraico e grego, deve ser a marca da interpretação bíblica. Para ser correta, não deve negar nem afirmar, além do que o texto original o faz, através do que o autor original, nega ou afirma. Deve-se prosseguir, fielmente, na trilha do autor sagrado, dos seus ouvintes ou leitores imediatos.
10. Todas as conclusões sobre o sentido de um texto, para estabelecer algo por meio dele, precisa estar fundamentada na convicção de que esse sentido, não se opõe à compreensão natural.

9.2. Interpretando com base no Contexto

Depois de interpretar cada palavra, em si mesma, no sentido usual, natural e literal, é preciso examinar o contexto no qual o trecho está inserido. Klein (2017 p. 365) apresenta uma excelente definição do que significa contexto: “Contexto é o todo no qual alguma parte se encontra. Em termos literários, o contexto é o todo maior dentro do qual o texto ou a passagem específica se localiza”. Zuck (1994, p. 123) enfatiza, pelo menos, três razões porque o exame do contexto na interpretação bíblica, é extremamente importante:

Em primeiro lugar, é que as palavras, as locuções e as frases, são capazes de assumir sentidos múltiplos, a análise do seu uso em certo contexto, pode ajudar-nos descobrir em meio a tantos significados, qual o mais comprovável.

Em segundo lugar, geralmente, uma série de palavras ou frases, expressa os pensamentos. Isto significa: o que antecede e sucede, ou seja, o contexto é determinante para qualquer termo específico.

Em terceiro lugar, não se pode, em hipótese alguma, dispensar o contexto, pois isto, inevitavelmente, implicará em falsas interpretações.

9.3. A Interpretação Histórica

É tarefa do exegeta, além de examinar cada palavra isolada em si mesma, examinar cada passagem no contexto na qual está inserida. Ainda lhe resta a tarefa de interpretar as Escrituras e seus respectivos textos inseridos no seu contexto histórico imediato. Berkhof (2008 p. 89,90) faz uma excelente síntese, na qual apresenta quatro pressupostos básicos, para a interpretação histórica:

1. É verdade que a Palavra de Deus, é a sua auto-revelação e que ela surgiu, em um contexto histórico. Consequentemente, só pode ser compreendida à luz da história. Isto não significa que tudo que ela contém possa ser historicamente explicado. Como revelação sobrenatural vinda de Deus, sem dúvida, abriga elementos que, de fato, ultrapassam os contornos históricos.
2. Uma palavra, de modo algum, é definidamente entendida, enquanto não for assimilada como palavra viva, isto é, proveniente da alma do autor. Isto envolve a necessidade do que é denominado de interpretação psicológica, o que é, na verdade, uma subdivisão da interpretação histórica.
3. Não podemos entender um autor e explicar de modo correto, suas palavras, sem que ele seja visto no contexto de sua realidade histórica. É fato, que uma pessoa,

em certo sentido, administra as situações de sua vida, e decide seus aspectos; ela também é o resultado do seu ambiente histórico. Ou seja, a pessoa está filiada ao seu povo, à sua pátria e à sua época.

4. Os escritos, elaborados, estão radicalmente, condicionados ao lugar, ao tempo, às circunstâncias e à visão dominante do mundo e da vida, por estes fatores, naturalmente alterados. Isto, também, se aplica aos textos Sagrados. Pois, em geral, foram, escritos, sob condições do tempo, lugar e circunstâncias dos seus respectivos autores.

Considerações Finais:

O uso adequado das regras da hermenêutica é essencial para uma interpretação válida das Santas Escrituras. Esta análise do texto bíblico privilegia os momentos ímpares de se ouvir a voz de Deus, sem atentar para próprios conceitos e ideias preconcebidas. O processo de interpretação cuidadosa, correta, sistemática, necessita da utilização de métodos seguros e consistentes. Assim, a capacidade de discernir, a pura, e original mensagem de Deus, os equívocos e aplicação piedosa da mensagem na vida pessoal são possibilitadas. A aplicação correta da hermenêutica promove o entendimento e auxilia na compreensão do conteúdo bíblico, de forma apropriada, bem como a contemplar, de forma precisa, todas as suas instruções.

A Bíblia é a Palavra de Deus. Toda interpretação honesta parte desse pressuposto. Inspirada, inerrante, infalível, autossuficiente e eterna. Esta afirmação é consensual entre os intérpretes da ala ortodoxa. Pois a constituição das Escrituras Sagradas tem a participação do Agente Divino, que a inspirou, e dos agentes humanos, que foram inspirados. Tendo a clara consciência deste duplo aspecto, divino e humano da Escritura, todos são favorecidos quanto a laboriosa tarefa de interpretar o texto sagrado e obter o verdadeiro significado proposto pelo seu autor. Significado este, que é único, não múltiplo, porque um dos propósitos divinos, quanto à revelação, de si mesmo e de seus santos desígnios é sempre a clareza, perspicuidade, nunca a confusão.

O esforço na compreensão da mensagem divina, em vez de vago, aleatório, e sem sentido, tem objetivos definidos: conhecer, depois aplicar a si mesmos e, por último, compartilhar com outros. Nesta tarefa, todos são bem-sucedidos, quando não perdem o foco e perseguem certos princípios estabelecidos, princípios considerados simples, porém seguros e consistentes, proporcionado a devida interpretação às Santas Escrituras. Conforme Stott, primeiro vem o princípio da simplicidade ou natural. É o fato de que Deus se revela falando e que Ele fala de modo que podemos entender a mensagem com lucidez. Segundo, o princípio do sentido original, ou histórico. Embora o propósito de divino, em sua auto-revelação, seja alcançar pessoas de todos tempos e lugares, de início falou a um povo especial, numa época específica, num país específico. Terceiro, o princípio geral ou da harmonia. A Bíblia tem uma fonte única, a mente de Deus. Por isto, não se contradiz, mas se mantém em perfeita harmonia, em todo a sua extensão, ou seja, de Gênesis à Apocalipse.

Referência Bibliográfica:

ANGLADA, Paulo Roberto Batista. **Introdução à Hermenêutica Reformada**. Pará: Knox Publicações, 2006.

BENTHO, Esdras Costa. **Hermenêutica Fácil e Descomplicada**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2003.

BERKHOF, Louis. **Princípios de interpretação bíblica**. Trad. Denise Meister. 3. ed. rev. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

BÍBLIA, Português. **Bíblia do Obreiro**. Trad. João Ferreira de Almeida. ed. rev. e cor. 4. ed. SP, Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014..

BRAY, Gerald. **História da interpretação bíblica**. Trad. Daniel Hubert Kroker. São Paulo: Vida Nova, 2017.

CAIRNS, Earle Edwin. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã**. Trad. Israel Belo de Azevedo, Valdemar Kroker. São Paulo: Vida Nova, 2008.

CALVINO, João. **Romanos**. Trad. Valter Graciano Martins. São José dos Campos, SP: Fiel, 2014.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINTER. Comentada por A. A. Hodge. 5. ed. São Paulo: Os Puritanos, 2016.

COSTA, Hermisten Maria Pereira da. **A inspiração e inerrância das escrituras**. São Paulo: Cultura Cristã, 2008.

GEISLER, Norman L. **Manual popular de dúvida, enigmas e “contradições” da Bíblia**. Trad. Milton Azevedo Andrade. São Paulo: Mundo Cristão, 1999.

HODGE, Charles. **Teologia Sistemática**. Trad. Valter Martins. São Paulo: Hagnos, 2001.

KLEIN, William W. **Introdução à interpretação bíblica**. Trad. Maurício Bezerra Santos Silva. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.

KOESSLER, John. **Manual de pregação**. Trad. Susana Klassen. São Paulo: Vida Nova, 2010.

LITERAL **Dicionário de Língua Portuguesa Priberam**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/literal>. Acesso em 29 nov. 2019.

LOPES, Augustus Nicodemus. **A Bíblia e seus intérpretes**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

LOPES, Hernandes Dias. **Pregação expositiva: sua importância para o crescimento da igreja**. São Paulo: Hagnos, 2008.

MARTIM, Lloyd Jones. **Pregação & pregador**. 2.ed. São José dos Campos, SP: Fiel, 2008.

MÉTODO. **Dicionário de Língua Portuguesa Priberam**. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/m%C3%A9todo>. Acesso em 29 nov, 2020.

OSBORNE, Grant R. **A espiral hermenêutica: uma nova abordagem à interpretação bíblica.** Trad. Daniel de Oliveira, Robinson N. Malkomes, Sueli da Silva Saraiva. São Paulo: Vida Nova, 2009.

PENTECOST, J. Dwight. **Manual de Escatologia: uma análise detalhada dos eventos futuros.** São Paulo: Vida, 1998.

STOTT, John R. W. **A Bíblia: um livro para hoje.** Trad. Lucy Hiromi Kono Yamakami. 2. ed. São Paulo: ABU, 2007.

STOTT, John. **Entenda a Bíblia.** Trad. Paulo Purim. ed. rev. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

VIRKLER, Henry A. **Hermenêutica avançada: princípio e processo de interpretação bíblica.** Trad. Luis Caruso. São Paulo: Vida, 2007.

ZUCK, Roy B. **A interpretação Bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia.** Trad. Cesar de F. A. Bueno Vieira. São Paulo: Vida Nova, 1994.